



**RELATÓRIO DE GESTÃO
EXTRAORDINÁRIO
EXERCÍCIO 2019**



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA CIDADANIA
AUTORIDADE DE GOVERNANÇA DO LEGADO OLÍMPICO**



**RELATÓRIO DE GESTÃO
EXTRAORDINÁRIO
EXERCÍCIO 2019**

Relatório de Gestão Extraordinário do exercício de janeiro a junho de 2019, apresentado aos órgãos de controle interno e externo para composição da prestação de contas extraordinário a que a Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º.09.2010, alterada pela Instrução Normativa TCU nº 72, de 15.05.2013; Decisão Normativa TCU nº 178, de 23.10.2019; Decisão Normativa nº 180, de 11.12.2019; Portaria TCU nº 378, de 05.12.2019.

Brasília - DF
Dezembro/2019

Sumário

1.Mensagem da Unidade	06
2.Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo	08
Estrutura Organizacional	10
Organograma	11
Ambiente Externo	12
Modelo de Negócios	13
3.Planejamento Estratégico e Governança	14
Planejamento Estratégico	15
Atuação da unidade de auditoria interna	16
Canais de comunicação com a sociedade e as partes interessadas	17
4.Gestão de Riscos e Controle Interno	19
Matriz de Risco e Indicadores	22
5.Resultado da Gestão	27
Desafios e Riscos	28
Principais resultados	29
Centro Olímpico de Treinamento – COT	31
Projetos sociais	32
Ações de Marketing	32
Estratégias	33
6.Alocação de Recursos e Áreas Especiais da Gestão	34
Programa Temático do Plano Plurianual (PPA)	35
Planejamento Estratégico	35
Governança, Estratégia e Alocação de Recursos	37
Orçamento 2019	38
Gestão de Pessoas	39
Gestão de Licitações e Contratos	41
Gestão Patrimonial e Infraestrutura	42
Gestão de Tecnologia da Informação	44
Gestão de Custos	46
7.Demonstrações Contábeis	47
Balanço Patrimonial	49
Balanço Financeiro	50
Resumo das Políticas Contábeis Significativas	51
Informações de suporte e detalhamento de itens	51
Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio	52
Declaração do Contador	53
8. Outras Informações Relevantes	55

LISTA DE SIGLAS

AGLO	Autoridade de Governança do Legado Olímpico
AGU	Advocacia Geral da União
APO	Autoridade Pública Olímpica
ASCOM	Assessoria de Comunicação do ME
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CBMERJ	Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro
CCFEx	Centro de Capacitação Física do Exército
CGTIC	Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicações
CmdoEB	Comando do Exército Brasileiro
COB	Comitê Olímpico Brasileiro
COT	Centro Olímpico de Treinamento
CPB	Comitê Paraolímpico Brasileiro
CPPI	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República
DATF	Documento de Autorização Temporária de Funcionamento
DIN	Diretoria de Infraestrutura
EB	Exército Brasileiro
GT	Grupo de Trabalho
GBP	Gabinete do Prefeito
LIP	Laudo de Inspeção Predial
MPV	Medida Provisória
MPDG	Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
MC	Ministério da Cidadania
NC	Não Conformidade
NESLIC	Núcleo Especializado Sustentabilidade, Licitações e Contratos
PCRJ	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
CGTIC	Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicações
POB	Parque Olímpico da Barra
PPP	Parceria Público Privada
RioUrbe	Empresa Municipal de Urbanização
RTN	Rede Nacional de Treinamento
SNELIS	Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS)
SOF	Secretaria de Orçamento Federal
SPPI	Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TR	Termo de Referência
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

Figuras

Figura 1 – Autoridade de Governança do Legado Olímpico	09
Figura 2 - Autoridade de Governança do Legado Olímpico	09
Figura 3 - Autoridade de Governança do Legado Olímpico	09
Figura 4 - Autoridade de Governança do Legado Olímpico	10
Figura 5 - Organograma	11
Figura 6 – Principais cargos e funções	12
Figura 7 – Mapa Estratégico da AGLO	15
Figura 8 – Redes sociais cargos e funções	17
Figura 9 – Controle de riscos	21
Figura 10 –Gestão de riscos	22
Figura 11 –Cenário de Contingência	29
Figura 12 –Parcerias	29
Figura 13 –Relação de confederações	31
Figura 14 - Orçamento	31
Figura 15 – Saldo após remanejamento de créditos pela SOF 2019	37

Quadros

Quadro 1 – Finalidades e competências	11
Quadro 2 – Matriz SWOT	13
Quadro 3 - Modelo de negócios	13
Quadro 4 - Demonstrativo dos trabalhos de auditoria interna realizados no período de janeiro a junho de 2019, previstos no PAINT e /ou para atendimento a alta administração da AGLO	16
Quadro 5 – Principais riscos	20
Quadro 6 – Eventos pré-agendados	30
Quadro 7 – Objetivos Estratégicos e Resultados Esperados	37
Quadro 8 – Metas Específicas	35
Quadro 9 – ações do PPA	35
Quadro 10 – Orçamento	37
Quadro 11 – Saldo após remanejamento de créditos pela SOF 2019	38
Quadro 12 - Previsão de despesas 2019	38
Quadro 13 - Distribuição da Lotação Efetiva -Posição-29/6/2019	38
Quadro 14 - Detalhamento da estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas -Posição-29/6/2019	39
Quadro 15 - Rotatividade de Pessoal-Posição-29/6/2019	40
Quadro 16 – Capacitação	40
Quadro 17 – Despesa de pessoal	40
Quadro 18 - Relação de Contratos de Prestação de Serviços	42
Quadro 19 – Relação dos Bens identificados por origem	44
Quadro 20 - Montante de recursos aplicados em TI	46
Quadro 21 - Estimativa por classificação da despesa	47
Quadro 22 - Demonstrativo de execução dos restos a pagar não processados	49
Quadro 23 - Demonstrativo de execução restos a pagar processados e não processados liquidados	49
Quadro 24 – Outras despesas correntes	50
Quadro 25 - Caixa e Equivalentes por Disponibilidade	50
Quadro 26 - Arrecadação por GRU	51
Quadro 27 – Transferências Financeiras Recebidas	51
Quadro 28 - Demais créditos e valores a curto prazo	53

1. MENSAGEM DA UNIDADE

A Autoridade de Governança do Legado Olímpico (AGLO) foi uma autarquia federal temporária, dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, criada pela Medida Provisória nº 771, de 29 de março de 2017, convertida na Lei nº 13.474, de 23 de agosto de 2017 e regulamentada pelos Decretos nº 9.299, de 05 de março de 2018 e nº 9.466, de 13 de agosto de 2018. Neste exercício de 2019 esteve vinculada ao Ministério da Cidadania.

A principal missão foi a promoção de estudos para subsidiar a adoção do modelo de gestão sustentável sob os aspectos econômico, social e ambiental das arenas do Parque Olímpico da Barra da Tijuca (POB).

Durante o primeiro semestre de 2019 diversos eventos foram promovidos no POB e os procedimentos da AGLO foram otimizados a partir dos resultados obtidos nos exercícios anteriores. Com a responsabilidade de promover o legado olímpico e garantir sua disponibilidade para as futuras gerações, evoluiu na importante missão de desenvolver e implantar um modelo de gestão sustentável para as arenas olímpicas.

Portanto, a ideia de centralizar as informações de legado na AGLO advém de sua própria missão institucional, visando também ser o repositório das informações relacionadas ao legado, consolidadas, para então, caso necessário, melhor informar à sociedade e aos órgãos de Controle Institucional.

A AGLO administrou, no Parque Olímpico da Barra da Tijuca - Rio de Janeiro/RJ, as Arenas Cariocas 1 e 2, o Velódromo e o Centro Olímpico de Tênis. A adicionar, ainda, a quadra construída com recursos de contrapartidas das autorizações de uso dos espaços sob sua gestão, já no modo legado, para realização de esportes de areia. Por meio de acordo de cooperação com o Exército Brasileiro, há, ainda, gestão compartilhada do Complexo Desportivo de Deodoro. Todas com vistas à integração da população com o legado, bem como, com o propósito de capacitar atletas de alto rendimento e de base.

Entende-se que eventos esportivos, sejam de base, alto rendimento ou participação e lazer, são atividades de interesse público por natureza. Em casos de eventos de interesse público o Estado, sempre que possível, incentiva suas realizações por meio de diversos mecanismos de fomento direto e indireto. No caso da AGLO o incentivo era a oferta das arenas para realização de atividades de interesse público - e diretamente compatíveis com as atribuições e objetivos da autarquia - com o menor custo possível ao executor.

Com o intuito de incentivar o uso das instalações olímpicas e as atividades de alto rendimento e demais atividades desportivas, durante o primeiro semestre de 2019, a Autarquia firmou acordos para realização de eventos nas instalações sob sua gestão que, inclusive, geraram contrapartidas. Estes recursos das contrapartidas, obtidas por meio dos Termos de Autorização de Uso, para realização de eventos esportivos e não esportivos foram aplicados em benfeitorias das estruturas olímpicas.

A Autarquia também reforçou projetos sociais no Parque Olímpico da Barra, já conhecidos como: o “Luta: escola da vida”, em parceria com o Instituto Irmão Nogueira; o “Projeto: Esporte e cidadania para todos”, em parceria com a Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS). Na Arena 1 foram alongados 03 (três) projetos sociais voltados para crianças e adolescentes de baixa renda. A iniciativa, em parceria com o Instituto Reação, Instituto Irmãos Nogueira, Team

Águia Futevôlei, teve como objetivo atender cerca de 700 crianças, adolescentes e jovens de 6 a 21 anos com atividades esportivas. A SNELIS também ampliou o projeto “Esporte e Cidadania”. A ideia é oferecer aulas de novas modalidades, como ciclismo e handebol no Velódromo e na Arena 2. Esse projeto já realiza aulas de futsal, basquete, vôlei, judô e jiu-jítsu no POB, inclusive com material esportivo próprio, a exemplo de quimonos, bolas, redes etc.

Merece lembrança que o Sistema Alerta Rio, radar meteorológico do Centro de Operações da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, colocou na primeira semana de abril a cidade em estágio de atenção vez que a cidade do Rio de Janeiro foi acometida de forte temporal que, segundo informações da mídia, registrou mais de 200 mm/cm² em menos de 24 horas, sendo a maior tempestade dos últimos 22 anos. Estas chuvas ocasionaram alagamentos em vários pontos da capital trazendo transtornos à população em geral, atingindo principalmente a Região da Zona Oeste onde se localiza o Parque Olímpico, fazendo com que a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro decretasse "estado de atenção". Como consequência, as arenas olímpicas do POB, que já haviam sofrido graves avarias nas chuvas de fevereiro de 2019, sofreram danos tanto em elementos estruturais quanto em elementos de acabamento. Levantou-se a necessidade de execução em caráter de urgência dos seguintes serviços na estrutura da cobertura do telhado das Arenas Cariocas 1 e 2, recomposição das calhas do setor norte e nordeste.

Com relação a missão da Autarquia, os estudos técnicos de viabilidade a serem produzidos pela consultoria contratada, no qual o produto final seria o Plano de Negócios com o apontamento da modelagem mais adequada à realidade do Parque Olímpico da Barra, são de extrema importância, considerando que tal instrumento subsidiará a AGLO e o Ministério da Cidadania/Secretaria Especial do Esporte na decisão final do Modelo de Gestão Sustentável das instalações, sob os aspectos econômico, social e ambiental.

Diante da necessidade e interesse na continuidade do processo de desestatização do POB, houveram reuniões entre representantes do Ministério da Cidadania e dirigentes da Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República (SPPI) objetivando uniformizar as informações e demonstrar o interesse no prosseguimento do feito durante o semestre de 2019.

Foi no engajamento dessas ações que a AGLO buscou obter resultados assertivos e que proporcionassem à população brasileira o pleno uso das estruturas olímpicas. Com qualificação e comprometimento, a Autarquia, no período de janeiro a junho de 2019, se empenhou na melhoria do trabalho, na busca de novos desafios que contribuíssem ainda mais para a consolidação do legado olímpico e deixando um trabalho que pudesse fazer a diferença para o próximo ciclo olímpico.

Tendo ocorrido a extinção da autarquia e não ter sido criado o grupo de inventariança houve por bem em 17 de julho de 2019 ser constituída uma comissão temporária de transição, com a finalidade de viabilizar o desempenho das ações de gestão administrava pela Portaria nº 1.312/GM/MC.



VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

2. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

A Autoridade de Governança do Legado Olímpico (AGLO), foi uma autarquia vinculada ao Ministério da Cidadania, e de acordo com a Lei nº 13.474/2017 responsável por administrar e viabilizar a utilização das instalações esportivas olímpicas e paralímpicas do Parque Olímpico da Barra da Tijuca para treinamentos, competições de diferentes modalidades, eventos culturais, esportivos, além de projetos sociais.



Figura1

Visão: Autarquia voltada ao esporte, desenvolvedora de programas, projetos e ações que utilizem o legado olímpico como recurso para o desenvolvimento esportivo e a inclusão social.



Figura3

Parte do Parque Olímpico da Barra passou para a competência federal em 23 de dezembro de 2016, quando foi firmado o Termo de Cessão de Uso nº 139/2016-SPA, entre a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e a União, representada pelo Ministério do Esporte, sendo incorporado suas instalações esportivas ao legado olímpico sob jurisdição da esfera federal.

A Autarquia temporária foi estruturada com objetivo de empreender ações para manutenção do legado das instalações olímpicas, visando autonomia e celeridade de forma a gerir diretamente o Parque Olímpico da Barra (especificamente, as Arenas Cariocas 1 e 2, o Velódromo e o Centro Olímpico de Tênis) e de forma indireta o Complexo Esportivo de Deodoro.

Missão: Viabilizar a adequação, a manutenção e a utilização das instalações esportivas olímpicas e paralímpicas, destinadas a atividades de alto rendimento, treinamentos, manifestações desportivas, eventos culturais e a realização de projetos sociais



Figura2

Valores: Respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente; ética e transparência; superação, confiança e resultados.

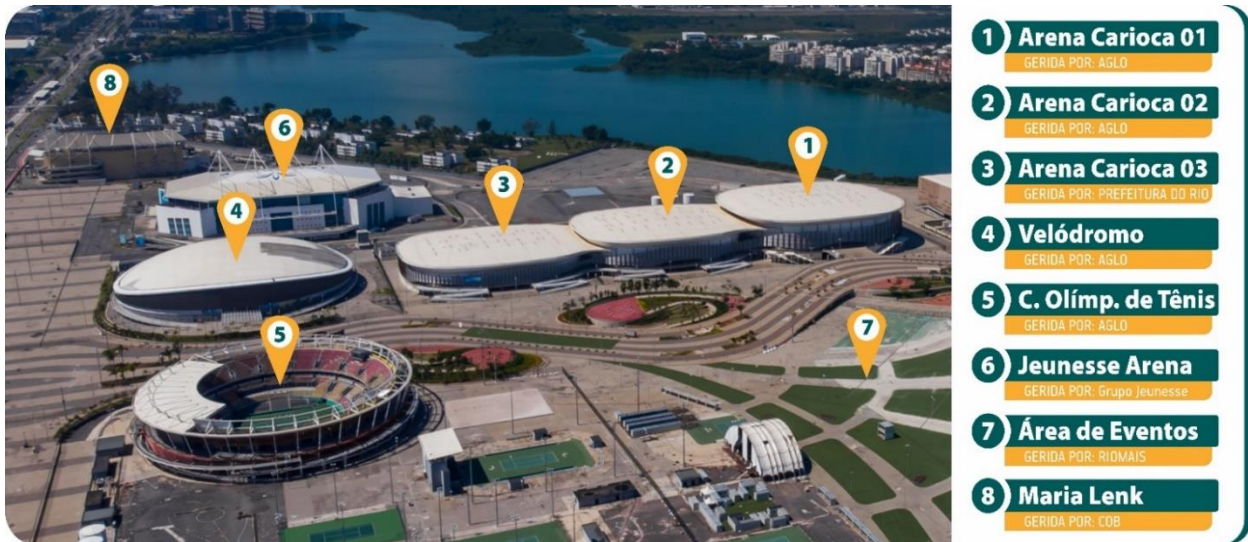


Figura 4
Fonte – aglo.gov.br

Estrutura Organizacional

A Autoridade de Governança do Legado Olímpico (AGLO), até sua extinção em 30 de junho de 2019, foi um órgão público da Administração Indireta atuando de duas formas principais; uma visão hierárquica-funcional, a partir do entendimento da sua Estrutura Regimental e organograma, e uma visão transversal, a partir do entendimento dos seus macroprocessos de negócio, organizados na forma da sua Cadeia de Valor Integrada.

O Decreto nº 9.299 de 05.03.2018 (publicado no DOU de 06.03.2018) aprovou a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança, posteriormente, foi publicado o Decreto nº 9.466, em 13.08.2018 (publicado no DOU de 14.08.018), regulamentando a Lei nº 13.474/2017 que transformou a Autoridade Pública Olímpica/APO em Autoridade de Governança do Legado Olímpico/AGLO e definiu as seguintes competências para a Autarquia:

I – Viabilizar a adequação, a manutenção e a utilização das instalações esportivas olímpicas e paraolímpicas destinadas às atividades de alto rendimento ou a outras manifestações desportivas de que trata o art. 3o da Lei no 9.615, de 24 de março de 1998, constantes da Matriz de Responsabilidades dos Jogos Rio 2016;

II - Administrar as instalações olímpicas e promover estudos que proporcionem subsídios para a adoção de modelo de gestão sustentável sob os aspectos econômico, social e ambiental;

III - Estabelecer parcerias com a iniciativa privada para a execução de empreendimentos de infraestrutura destinados à melhoria e à exploração da utilização das instalações esportivas, aprovadas previamente pelo Ministério do Esporte;

IV - Elaborar o plano de utilização das instalações olímpicas e paraolímpicas, sujeito à supervisão e à aprovação do Ministério do Esporte;

V - Definir as contrapartidas onerosas em razão da utilização das instalações do legado olímpico;

VI - Incentivar, na forma de regulamento, inclusive com isenção ou redução das contrapartidas, as atividades de alto rendimento ou outras manifestações desportivas de que trata o art. 3o da Lei no 9.615, de 24 de março de 1998, constantes da Matriz de Responsabilidades dos Jogos Rio 2016, a partir da autorização de utilização dos bens do legado;

VII - Adotar perante os órgãos competentes medidas necessárias para o exaurimento das obrigações do consórcio Autoridade Pública Olímpica, no que tange às obrigações pendentes de cumprimento que interfiram no exercício da competência da autarquia;

VIII - Divulgar as atualizações do Plano de Legado das Instalações Olímpicas para atender às políticas públicas que sejam desenvolvidas pela autarquia e pelo Ministério do Esporte.

Quadro 1 – Finalidades e competências

Até sua extinção a AGLO foi dirigida pela Diretoria Executiva, órgão colegiado composto por Presidente, Diretor Executivo e demais Diretores, conforme art. 3º e incisos do Decreto 9299/18 contendo a seguinte discriminação:

<p>Presidente</p> <ul style="list-style-type: none"> • Presidir a AGLO, a qual tem a responsabilidade de promover o legado olímpico e garantir sua disponibilidade para as futuras gerações, promovendo estudos que proporcionem subsídios para a adoção de modelo de gestão sustentável sob os aspectos econômico, social e ambiental. <p>• Paulo Marcio Dias Mello</p>
<p>Diretor do Departamento Executivo Substituto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Responsável por aconselhar o Presidente e gerir a organização. Dirigir, planejar, organizar e controlar as atividades de diversas áreas da AGLO, fixando procedimentos de gestão dos recursos e processos. Desenvolve planejamento estratégico, identifica oportunidades, avalia a viabilidade e faz recomendações sobre novos investimentos ou desenvolvimento de novos negócios. Responsável por desenvolver a organização e gestão dos diversos setores no atendimento dos objetivos e metas delineadas. <p>• Marcelo Nery Costa</p>
<p>Diretor do Departamento de Marketing</p> <ul style="list-style-type: none"> • Responsável pela elaboração do planejamento estratégico mercadológico da AGLO, criação de canais de comunicação, desenvolvimento do manual de marca e gerenciamento de eventos, com enfoque na geração de uma imagem institucional positiva, acompanhamento evolução do mercado e identificação de fontes de receita por meio de exploração publicitária. <p>• Alexandre Batista Cerruti</p>
<p>Diretor do Departamento de de Relações Institucionais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Responsável por garantir a prospecção, negociação, fechamento e retenção de clientes, trazer competitividade a organização, incremento de receita e desenvolvimento de novas fontes de receita, desenvolver o planejamento comercial e garantir o seu atingimento por meio de metas e indicadores. <p>• Bruno Feitosa Barbosa</p>
<p>Diretor do Departamento de Gestão Interna</p> <ul style="list-style-type: none"> • Responsável pela direção, coordenação das atividades de gestão interna da autarquia. Possui como competência coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento, orçamento, administração financeira, contabilidade, custos, administração dos recursos de informação e informática, organização e inovação institucional, recursos humanos, serviços gerais, arquivo e com a gestão do conhecimento; <p>• Leonardo Maciel Gomes Machado</p>
<p>Diretor do Departamento de Infraestrutura</p> <ul style="list-style-type: none"> • Garantir a operação e manutenção das instalações olímpicas dentro dos padrões de qualidade, produtividade, prazos e custos estabelecidos. Gerenciar projetos de engenharia, envolvendo o estudo das necessidades técnicas e desenvolvimento de especificações, desenhos, procedimentos e recursos necessários para possibilitar a construção, montagem e manutenção de instalações, equipamentos e máquinas <p>• José Claudio Cunha de Oliveira</p>

Figura 6 – Principais cargos e funções

Organograma

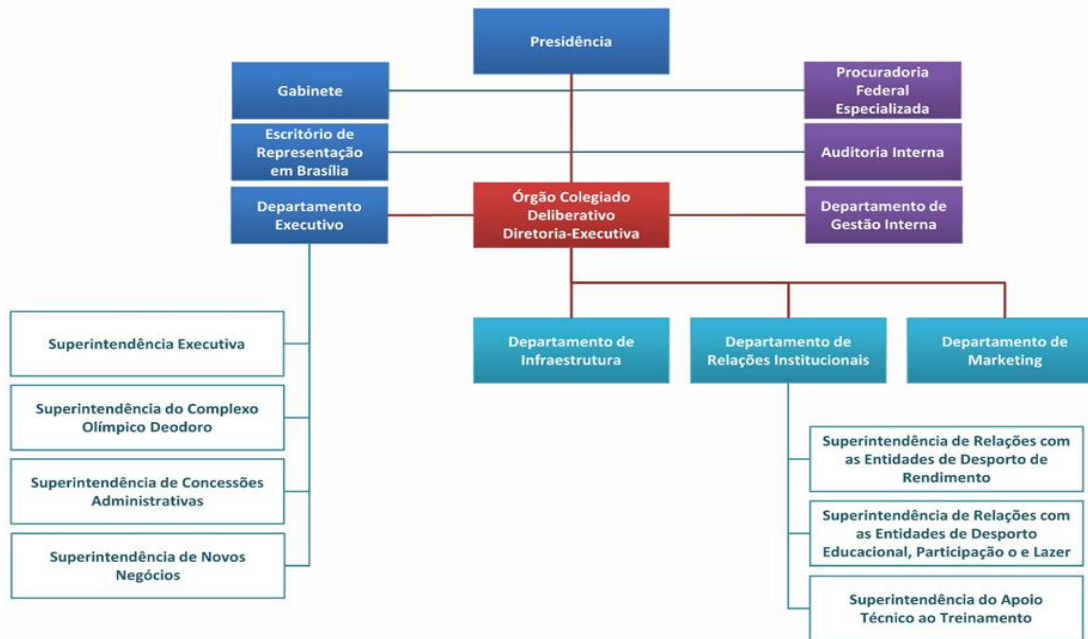


Figura 5 – Organograma

Ambiente Externo

A matriz swot a seguir, que consta do Plano Estratégico da empresa para 2019 estruturado pela Comissão designada pela Portaria nº 08, de 25.04.2019, especificou o cenário tabulado e que necessitou ser suplantado no primeiro semestre de 2019, o breve período de existência da extinta Autarquia.

	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Internos	<ul style="list-style-type: none"> - Orçamento do exercício de 2019 já aprovado; - Rede de contatos já estabelecida; - Conhecimento maior sobre padrões e processos; - Instalações esportivas de referência com possibilidade de atendimento a multimodalidades; - Amplitude de espaço para exploração; 	<ul style="list-style-type: none"> - Pendências estratégicas existentes no legado de responsabilidade de terceiros; - Problemas estruturais e vícios construtivos e identificados nas instalações; - Lentidão burocrática na contratação de serviços por meio da administração pública; - Falta de transferência oficial de informações da APO; - Desestímulo dos empregados diante do possível encerramento da Autarquia.
	Oportunidades	Ameaças
Externos	<ul style="list-style-type: none"> - Incentivo a captação de evento com auxílio do Governo Federal; - Grande volume de potenciais parceiros; - Potencial ocupação das instalações por parte das entidades de administração do Desporto; 	<ul style="list-style-type: none"> - Desconfiança da opinião pública sobre futuro do legado; - Veiculação de mídias negativas por meios de comunicação; - Concorrentes diretos localizados no perímetro do Parque Olímpico;

<ul style="list-style-type: none"> - Interesse da Sociedade no funcionamento sustentável do Legado Olímpico; 	<ul style="list-style-type: none"> - Aversão do mercado à associações com o setor público; - Incertezas sobre a sucessão e sucessão aos acordos já contratados. - Elevado tempo dispendido nos esclarecimentos sobre a necessidade e o como operar o legado olímpico.
---	--

Quadro 2 – Matriz SWOT

Modelo de Negócios



Quadro 3 - Modelo de negócios



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

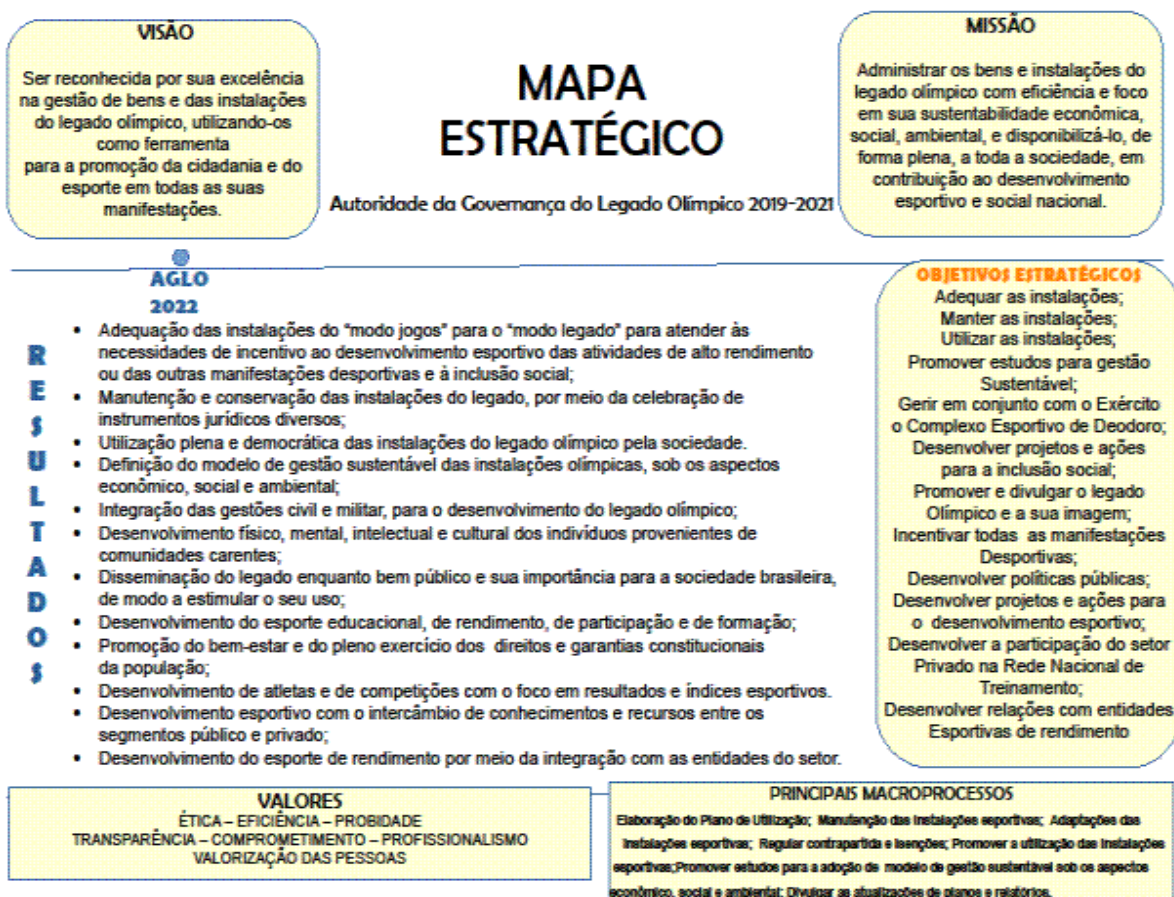
3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

Planejamento estratégico

O planejamento estratégico foi apresentado, em audiência pública em junho de 2017, no documento intitulado “PLANO DE LEGADO DA AGLO”, que continha, dentre outros assuntos, uma proposta de planejamento a ser desenvolvido pela Autarquia. Foram definidas as estratégias, objetivos e metas com foco no prazo de existência da autarquia, até 30 de junho de 2019.

Diante de tais premissas e, tendo em vista as imposições contidas nos artigos 5º, II, 11, IV e XII e 15, II do Decreto nº 9.299/2018, foram debatidas durante a 8ª Reunião Colegiada (formada pela equipe diretiva da unidade) realizada em 12 de março de 2019, sendo assinada a Portaria nº 08, de 25 de abril de 2019, de criação de comissão com a finalidade de atualização do “PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA AGLO”, bem como da consolidação do “PLANO DE UTILIZAÇÃO DE BENS DO LEGADO OLÍMPICO” diante do art. 38º do Decreto nº 9.466/2018, para que ambas as ações fossem realizadas de forma integrada.

Conforme pode se depreender do plano, a estratégica, ao lado da liderança e do controle, “compõe mecanismos para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade” (art. 2º, I, Dec. nº 9203/2017).



Atuação da unidade de auditoria interna

A Auditoria Interna foi parte integrante da estrutura da extinta Autarquia como órgão seccional da AGLO e como disposto no art. 10, do Anexo I, do Decreto nº 9.299, de 5 de março de 2018, que aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Autoridade de Governança do legado Olímpico, a Auditoria Interna realizou os seguintes trabalhos no período de janeiro a junho de 2019:

Realizados	Objetivo/Esopo
- Auditoria Operacional de Missão (Relatório de Auditoria Interna nº 1/2019 - Processo SEI nº 58021.000348/2018-76).	- Auditoria de monitoramento das ações institucionais realizadas pelos gestores da Autarquia, com vistas a identificar riscos que poderiam comprometer o atingimento dos objetivos institucionais, previstos na Lei 13.474, de 23 de agosto de 2017, nos Decretos nº 9.299, de 5 de março de 2018 e Decreto nº 9.466, de 13 de agosto de 2018, e para verificação de atendimento às determinações do Tribunal de Contas da União, contidas nos (Acórdãos TCU Plenário nºs 1662/2017 e 393/2018).
- Auditoria de verificação de conformidade dos controles internos das autorizações de uso do POB (Relatório de Auditoria Interna nº 2/2019 – SEI 0419684 – Processo SEI/AGLO nº 58021.000348/2018-76.	- Auditoria de verificação das conformidades dos processos de Autorização de Uso e das contrapartidas vinculadas aos Termos de Intenções executadas no período de eventos-teste, conforme previsto no Plano Anual da Auditoria Interna de 2018, no art. 23, da Resolução AGLO nº 01/2018 e no § 2º do art. 26 do Decreto nº 9.466, de 13 de agosto de 2018.
- Auditoria de avaliação dos controles internos patrimoniais da AGLO (Relatório de Auditoria 3/2019 – SEI 0557330 - Processo SEI/AGLO nº 58021.000634/2018-31.	- Auditoria de avaliação dos controles internos patrimoniais da AGLO, em cumprimento ao item II, do Plano Anual da Auditoria Interna para 2018 e ao previsto nos incisos VII e XIII, do art. 11, do Decreto nº 9.299, de 5 de março de 2018.
- Auditoria de Monitoramento das prestações de contas das autorizações de uso do POB (Relatório de Auditoria 4/2019 - SEI nº 0589779 - Processo nº 58021.000136/2019-70	- Auditoria de monitoramento das prestações de contas das autorizações de uso das arenas do Parque Olímpico da Barra/RJ, sob a gestão da AGLO, com objetivo de verificar as ações de controles internos e das providências implementadas pelo gestores da Autarquia, referente à realização das contrapartidas materiais e/ou financeiras, provenientes das autorizações de uso do Parque Olímpico da Barra da Tijuca (POB), sob a gestão da AGLO, bem como, verificar o cumprimento às recomendações da Auditoria Interna da AGLO, conforme item 5, subitem III do Plano de Auditoria de 2019; e, ainda, para atendimento à Nota Técnica nº 3142/2018/NAC4/RJ/REGIONAL/RJ, da Controladoria-Geral da União – CGU, que recomenda a realização de trabalho pela Auditoria Interna sobre a aferição da completude e da qualidade da instrução dos processos de autorização de uso e suas respectivas prestações de contas, com a verificação dos processos saneados e revisados pelas áreas técnicas da Autarquia.

Quadro 4 - Demonstrativo dos trabalhos de auditoria interna realizados no período de janeiro a junho de 2019, previstos no PAINT e /ou para atendimento a alta administração da AGLO

A Auditoria Interna realizou ações de assessoramento à alta administração e orientou sobre a necessidade de cumprimento aos normativos, inclusive quanto ao atendimento aos arts. 8º e 9º do Decreto 7.724/2012, que trata da transparência ativa e passiva tendo em vista que a AGLO não implementou o SIC/AGLO determinado pela Lei nº 12.527/2011 e Decreto 7.724/2012.

Além dos trabalhos típicos de auditoria informados anteriormente, no período compreendido entre 1º de janeiro à 30 de junho de 2019 a Auditoria Interna realizou as seguintes ações de sua competência:

- Avaliou, por amostragem, as ações para implantação de controles internos;
- Avaliou e recomendou medidas mitigadoras de riscos;
- Prestou orientações técnicas e elaborou cronograma para entrega dos produtos e Relatórios para subsidiar a elaboração da prestação de contas anual;
- Emitiu parecer sobre a prestação de contas anual da AGLO;
- Acompanhou a implementação e o atendimento às recomendações e determinações dos órgãos de controles interno e externo; e
- Elaborou e apresentou, tempestivamente, o Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna realizadas em 2018 e concluiu o Plano Anual para os 6 meses de 2019, considerando a extinção da Autarquia prevista para 30.06.2019;

De acordo com relato da ex Auditora Interna além das competências previstas, a auditoria interna atuou no assessoramento à alta administração, especialmente à Presidência, à Diretoria Executiva e da Procuradoria-Federal na AGLO, e no acompanhamento às demandas da Controladoria-Geral da União, notadamente nos trabalhos de auditoria realizados pela CGU, sobre exames de auditoria dos atos e fatos da gestão da Autoridade de Governança do Legado Olímpico - AGLO referentes ao exercício de 2018, previstos na Ordem de Serviço CGU nº 201800688, bem como nas manifestações da Autarquia endereçadas à Corregedoria Setorial das Áreas de Desenvolvimento Social e Esporte, no tocante aos desdobramentos das providências disciplinares do Relatório de Auditoria CGU nº 201700859 e do Ministério Público Federal.

Diante do cenário temporal da autarquia a AGLO não implantou a Ouvidoria, utilizando-se do serviço da equipe de auditoria interna para exercer tal mister e deu continuidade ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC/AGLO) previsto na LAI, oferecendo o canal “Fale conosco” sendo o atendimento realizado por e-mail e telefones específicos para a população contatar e tirar dúvidas referentes à operação do Parque Olímpico, eventos e qualquer outra questão.

Canais de comunicação com a sociedade e as partes interessadas

O principal canal de acesso do cidadão à unidade foi o site da AGLO “ <http://aglo.gov.br/>”. Além desse, já existiam outros canais para proporcionar ao cidadão o acesso à informação e transparência, tais como:



E- mail: faleconosco@aglo.gov.br;

Facebook:

<https://www.facebook.com/aglo.legado/>;

Instagram: aglo_legado;

Twitter: aglo_legado; e

Youtube: Autoridade de Governança do Legado Olímpico AGLO

Figura 8 –Redes sociais

No tocante ao relacionamento com a mídia, buscou-se uma ampla divulgação das atividades a entidades esportivas, a veículos de imprensa e a sociedade.

Também disponibilizou no site a transparência ativa por meio do endereço: <https://aglo.gov.br/acesso-a-informacao/>.

Depreende-se dos trabalhos apurados que ao receber consultas por e-mail, as questões eram enviadas aos setores responsáveis para que a análise da questão e, posteriormente, fossem respondidas com as informações solicitadas em uma média de até 72 horas. No caso de consultas por telefone, as questões, quando possível eram respondidas imediatamente, ou era indicado o melhor procedimento para que as questões fossem encaminhadas ao setor responsável.

Ao longo do exercício tratado neste relatório, qual seja entre janeiro e junho de 2019 foram concedidas entrevistas a jornalistas para divulgar o processo de atuação da autarquia no desenvolvimento do legado olímpico ou dirimir dúvidas quanto a executoriedade do legado olímpico. Tais atividades resultaram na divulgação de publicações em mídias sobre Parque Olímpico da Barra e a gestão da AGLO. Estas informações podem ser recuperadas no site da autarquia no endereço <http://aglo.gov.br/aglonamidia/>.



GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Conforme informações colhidas junto à equipe de trabalho e responsáveis, após a extinção da autarquia foram identificados, para o exercício de 2019 (até a data prevista para descontinuidade da AGLO) os riscos que poderiam impactar nas suas atividades. Entre os principais riscos identificados, foram destacados:

PRINCIPAIS RISCOS	MITIGAÇÃO
MUDANÇAS RELEVANTES NAS Arenas próximas, de outras entidades, também abertas para eventos esportivos	<ul style="list-style-type: none"> • Monitoramento contínuo da evolução do cenário externo e da atuação nos nossos diversos • Processo de planejamento e de gestão de carteira; • Aprimoramento da eficiência das operações.
ATRASO NAS REFORMAS E AJUSTES DAS ARENAS	<ul style="list-style-type: none"> • Discussão com a PCRJ para agilizar as reformas do Parque como um todo; • Construção de um ambiente de negócios que favoreça a viabilização de projetos que estimulem as atividades esportivas.
REALIZAÇÃO DE PARCERIAS E INVESTIMENTOS	<ul style="list-style-type: none"> • Análise contínua da carteira de parcerias e investimentos, buscando adequá-la as • Identificação abrangente de riscos e elaboração de planos de ação para incrementar as chances de sucesso dos projetos de parcerias e investimentos.
LEGALIDADE Extinção da Autarquia art. 4º Decreto nº 9.299/2018	<ul style="list-style-type: none"> • Preparação para a possível descontinuidade dos trabalhos devido a precariedade da criação da Autarquia;
PROCESSOS JUDICIAIS E CONTINGÊNCIAS	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão da carteira de contingências com matriz de riscos e controles internos dos processos e rotinas; • Análise e revisão pela Assessoria Jurídica para causas relevantes; • Grupos de trabalho para processos relevantes com foco em aprimoramento, acompanhamento dos processos e tratamento da causa; • Análise jurídica prévia a tomada de decisão, o que gera insumos para a definição de procedimentos mais robustos e com menor risco de questionamento em juízo; • Análise das questões levantadas pelo Ministério Público e suas intercorrências
INTEGRIDADE DE ATIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Contínuos programas de inspeções e manutenções das instalações e de treinamentos da nossa força de trabalho para o correto cumprimento dos requisitos de segurança, de acordo com as melhores práticas.
CONTROLES	<ul style="list-style-type: none"> • Processos de Auditoria das Unidades de Controle; • Reuniões e exposições dos projetos do modo legado ao Tribunal de Contas da União; • Processos e procedimentos adotados a partir da orientação da Auditoria Interna;

Quadro 5 – Principais riscos

Em que pese a Instrução Normativa Conjunta Nº 1/2016, de 10/05/2016, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) e Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU), diante do cenário temporal da AGLO não foram identificados documentos que comprovem a implementação de uma política de gestão de riscos específica.

A partir dos relatórios anteriores e minutas pode-se especular que foram mantidos os controles internos testados no exercício de 2018, com a finalidade de identificar os riscos, possivelmente criando mecanismos para mitigá-los, e a partir daí garantir a segurança das informações e assegurar a conformidade dos atos de gestão da Autarquia, em observância as normas vigentes. Como exemplo, citamos os seguintes mecanismos de controles internos:

Controle de Riscos Procedimentos de solicitação de eventos, com fluxo estabelecido

Contrapartidas provenientes da utilização precária das áreas do POB sob a gestão da AGLO, com fluxo estabelecido

Relatórios gerenciais que demonstram o status, a criticidade, e prazos para solução e responsabilidade pelas correções das anomalias construtivas das instalações olímpicas

Capacidade operacional e logística das entidades, com a exigência de recursos mínimos necessários para a garantia do sucesso do evento pretendido

Relatório de entrega das instalações nas condições e prazos previstos

Figura 9 – Controle de riscos

A Auditoria Interna da extinta autarquia no seu Relatório Operacional de Missão AUD/AGLO nº 01/2019 (inserto no processo 58021.000056/2019-14 - Sei 0587564) apresentou uma Matriz de Riscos e Indicadores de Avaliação dos Resultados observando que foram considerados 04 (quatro) critérios para sua classificação, quais sejam: Relevância, Materialidade, Criticidade e Ciclo de Auditoria.

- I. **Relevância:** relacionado à representatividade quantitativa e qualitativa das informações, em relação às necessidades daqueles que irão utilizá-las em seus processos decisórios.
- II. **Materialidade:** Significa a importância relativa à competência legal (Lei 13.474/2017, e Decretos 9.299/2018 e 9.466/2018), dentro da perspectiva qualitativa, especialmente na veracidade e na divulgação das informações transmitidas aos usuários, visando fornecer evidenciação relevante para a tomada de decisões.
- III. **Criticidade:** representa o status, por ações, dos pontos fracos, seus riscos potenciais, inclusive de confiabilidade das informações e a composição dos elementos referenciais de vulnerabilidade, fragilidades e pontos de controle com riscos.
- IV. **Ciclo de Auditoria:** refere-se à rotatividade de realização dos trabalhos. Nesse caso, considerando a temporalidade da Autarquia, esse trabalho do, sendo o primeiro do ciclo de auditagem referente às ações finalísticas, passarão a ser avaliados em outros ciclos, utilizando-se seu histórico para novas avaliações com relação aos itens auditados.

Foi identificada no processo nº 58021.000624/2018-04 a Portaria nº 10, de 24 de maio de 2019, que instituiu o Comitê de Gestão da Integridade da Autoridade de Governança do Legado Olímpico definindo as competências, seus membros e linha de atuação em atendimento ao Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017 e à Portaria CGU nº 1089, de 25 de abril de 2018 para implementação do Programa de Integridade da AGLO. Entretanto, não existe mais nenhuma fonte de informação, no processo, com relação a implementação da integralidade.



Figura 10 – Gestão de riscos

De acordo com o Relatório de Auditoria/AGLO nº 01/2019 para se obter uma avaliação sistêmica dos processos de governança definiu-se a estratégia de apresentação do monitoramento dos resultados reunidos na tabela da letra “f” os objetivos estratégicos alinhados às competências legais da Autarquia e o nosso entendimento. Esse trabalho foi balizado nas atividades macro, destacando a análise crítica da Auditoria Interna, considerando a qualidade das informações prestadas e a falta de elementos suficientes, adequados e necessários para o alcance dos objetivos da Autarquia e, ainda, a não implementação de processos de gerenciamento de riscos institucional.

Matriz de Riscos e Indicadores de Avaliação dos Resultados

Para elaboração da matriz de riscos foram considerados diversos fatores, dentre eles a análise de riscos sobre os controles internos, os achados de auditorias e as recomendações dos órgãos de controle interno e externo.

A Matriz de Riscos apresentada e sua avaliação tem por finalidade demonstrar os critérios adotados pela Auditoria Interna para avaliação das ações finalísticas realizadas pelos gestores para atingimentos dos objetivos estratégicos da Autarquia, considerando a inexistência de processos mapeados e/ou indicadores de gestão, como seguem:

Além disso, foram considerados 04 (quatro) critérios para sua classificação, quais sejam: Relevância, Materialidade, Criticidade e Ciclo de Auditoria.

- I. Relevância: relacionado à representatividade quantitativa e qualitativa das informações, em relação às necessidades daqueles que irão utilizá-las em seus processos decisórios.
- II. Materialidade: Significa a importância relativa à competência legal (Lei 13.474/2017, e Decretos 9.299/2018 e 9.466/2018), dentro da perspectiva qualitativa, especialmente na veracidade e na divulgação das informações transmitidas aos usuários, visando fornecer evidência relevante para a tomada de decisões.
- III. Criticidade: representa o status, por ações, dos pontos fracos, seus riscos potenciais, inclusive de confiabilidade das informações e a composição dos elementos referenciais de vulnerabilidade, fragilidades e pontos de controle com riscos.
- IV. Ciclo de Auditoria: refere-se à rotatividade de realização dos trabalhos. Nesse caso, considerando a temporalidade da Autarquia, esse trabalho do, sendo o primeiro do ciclo de auditoria referente às ações finalísticas, passarão a ser avaliados em outros ciclos, utilizando-se seu histórico para novas avaliações com relação aos itens auditados.

Utiliza-se a técnica de pontuação na escala de 1 a 5 para obtenção do conceito de importância, que posteriormente servirão de subsídio para a definição dos trabalhos de auditoria, a saber:

- (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa não foi integralmente observado.
- (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa foi parcialmente observado, porém, em sua minoria.
- (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado.
- (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado, porém, em sua maioria.
- (5) Totalmente válida. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado.

Matriz de Riscos:

Muito Alta (Totalmente Inválida) 5	5	10	15	20	25
Alta (Parcialmente Inválida) 4	4	8	12	16	20
Média (Neutra) 3	3	6	9	12	15
Baixa (Parcialmente Válida) 2	2	4	6	8	10
Muito Baixa (Totalmente Válida) 1	1	2	3	4	5
	Muito Baixo1	Baixo 2	Médio 3	Alto 4	Muito Alto 5

Legenda

	Risco baixo
	Risco moderado
	Risco elevado
	Risco extremo

Matriz de Riscos: = Probabilidade X Impacto

Critérios para Impacto	
Muito Baixo	Dano imperceptível
Baixo	Dano insignificante
Médio	Dano reparável com facilidade
Alto	Dano reparável, mas oneroso
Muito Alto	Dano irreparável

Critérios para Probabilidade	
Muito Baixa	0% a 19%
Baixa	20 % a 39%
Média	40% a 59%
Alta	60% a 79%
Muito Alta	80% a 100%

a. Avaliação de Riscos

Atividade	1. Viabilizar a adequação, manutenção e utilização das instalações esportivas olímpicas
<p>Cíclica Status avaliado pela AUDIN (<u>quadro de monitoramento de resultados das atividades da AGLO</u>): Publicação em D.O.U. e/ou divulgação no site da AGLO (100%).</p> <ul style="list-style-type: none"> Nível de Probabilidade de realização do risco: 1 Impacto estimado pela AUDIN no caso de realização do risco: 5 	
“Probabilidade X Impacto”	$1 \times 5 = 5 =$ Risco moderado

Atividade	2. Estudo do modelo de gestão sustentável sob aspectos econômico, social e ambiental
<p>Status avaliado pela AUDIN (<u>quadro de monitoramento de resultados das atividades da AGLO</u>): Atribuição da demanda. (25%).</p> <ul style="list-style-type: none"> Nível de Probabilidade de realização do risco: 4 Impacto estimado pela AUDIN no caso de realização do risco: 5 	
“Probabilidade X Impacto”	$4 \times 5 = 20 =$ Risco extremo

Atividade	3. Estabelecer parcerias com a iniciativa privada para melhoria da utilização das instalações do legado contemplando prévia aprovação ministerial.
<p>Atividade Cíclica Status avaliado pela AUDIN (<u>quadro de monitoramento de resultados das atividades da AGLO</u>): Execução da demanda solicitada. (37,5%).</p> <ul style="list-style-type: none"> Nível de Probabilidade de realização do risco: 3 Impacto estimado pela AUDIN no caso de realização do risco: 4 	
“Probabilidade X Impacto”	$3 \times 4 = 12 =$ Risco elevado

Atividade	4. Apresentação e aprovação do Plano de utilização do legado olímpico contemplando aprovação ministerial.
<p>Atividade Status avaliado pela AUDIN (<u>quadro de monitoramento de resultados das atividades da AGLO</u>): Execução da demanda solicitada. (37,5%)</p> <ul style="list-style-type: none"> Nível de Probabilidade de realização do risco: 3 Impacto estimado pela AUDIN no caso de realização do risco: 5 	
“Probabilidade X Impacto”	$3 \times 5 = 15 =$ Risco extremo

Atividade	5. Elaboração, aprovação e implementação do planejamento estratégico e operacional da AGLO
<p>Status avaliado pela AUDIN (<u>quadro de monitoramento de resultados das atividades da AGLO</u>): Execução da demanda solicitada. (37,5%)</p> <ul style="list-style-type: none"> Nível de Probabilidade de realização do risco: 3 Impacto estimado pela AUDIN no caso de realização do risco: 5 	

“Probabilidade Impacto”	X	$3 \times 5 = 15 =$ Risco extremo
--------------------------------	----------	--

Atividade	6. Elaboração de normatização que defina o termos de utilização das contrapartidas onerosas.	
<ul style="list-style-type: none"> Status avaliado pela AUDIN (<u>quadro de monitoramento de resultados das atividades da AGLO</u>): Envio para análise jurídica. (62,5%) Obs: considerando a entrega de normativo referente ao período de eventos testes Nível de Probabilidade de realização do risco: 3 Impacto estimado pela AUDIN no caso de realização do risco: 2 		
“Probabilidade Impacto”	X	$3 \times 2 = 6 =$ Risco Moderado

Atividade	7. Encerramento das obrigações do consórcio da Autoridade Pública Olímpica (APO).	
<p>Status avaliado pela AUDIN: “Fase de encerramento do CNPJ” equivalente ao penúltimo nível do <u>quadro de monitoramento de resultados das atividades da AGLO</u>, Aprovação da Diretoria Colegiada. (87,5%).</p> <ul style="list-style-type: none"> Nível de Probabilidade de realização do risco: 1 Impacto estimado pela AUDIN no caso de realização do risco: 3 		
“Probabilidade Impacto”	X	$1 \times 3 = 3 =$ Risco baixo

Atividade	8. Divulgação das atualizações do Plano de Legado para atender às políticas públicas desenvolvidas pela AGLO e pelo Ministério.	
<p>Status avaliado pela AUDIN (<u>quadro de monitoramento de resultados das atividades da AGLO</u>): Não foi identificada nenhuma proposta realizada. (12,5%)</p> <ul style="list-style-type: none"> Nível de Probabilidade de realização do risco: 5. Impacto estimado pela AUDIN no caso de realização do risco: 4. 		
“Probabilidade Impacto”	X	$5 \times 4 = 20 =$ Risco extremo

Atividade	9. Apresentação periódica da evolução dos estudos desenvolvidos diretamente, na forma estabelecida no regimento interno da AGLO; (Decreto 9.466/2018, art. 39, § 2º)	
<p>Status avaliado pela AUDIN (<u>quadro de monitoramento de resultados das atividades da AGLO</u>): Não há Regimento Interno aprovado e publicado: (12,5)</p> <ul style="list-style-type: none"> Nível de Probabilidade de realização do risco: 4. Impacto estimado pela AUDIN no caso de realização do risco: 5. 		
“Probabilidade Impacto”	X	$4 \times 5 = 20 =$ Risco extremo

Atividade	10 - Elaborar relatório consolidado de dados de monitoramento dos índices de desempenho das atividades realizadas pela autarquia (Decreto nº 9299/2018, art. 8º, I).	
------------------	--	--

Status avaliado pela AUDIN (quadro de monitoramento de resultados das atividades da AGLO):
Conforme documentos divulgados pelo Departamento Executivo, esse trabalho foi desenvolvido até abril de 2018: 37,5

- Nível de Probabilidade de realização do risco: 3.
- Impacto estimado pela AUDIN no caso de realização do risco: 4.

“Probabilidade X Impacto”	3 X 4 = 12 = Risco Moderado
----------------------------------	------------------------------------

Isto posto a Auditoria interna concluiu: “Consideramos necessário ainda a Autarquia atualizar o Planejamento Estratégico, adequando-o às competências estatutárias definidas nos Decretos 9.299/2018 e ao Decreto nº 9.466/2018 de Regulamentação da Lei 13.474/2017.

Ao Departamento de Gestão Interna, recomenda-se a observância ao art. 30 do Decreto 9.466/2018, quanto à produção de relatórios bimestrais, com as conclusões relativas às autorizações realizadas no período, submetendo à Diretoria Executiva e, posteriormente, divulga-los no sítio da AGLO, dentre outras ações previstas nos citados Decretos e na Lei 13.474/2017. “



RESULTADO DA GESTÃO

5. RESULTADO DA GESTÃO

Importante destacar que a Lei nº 13.474/2017 conferiu à AGLO a competência para promover estudos para um modelo sustentável de gestão. Todavia, anteriormente, a Lei 13.334/2016 trouxe como política nacional de desenvolvimento a criação de um órgão central de coordenação do Programa Brasileiro de Parcerias de Investimentos, qual seja, a Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos - SPPI, cuja missão é ampliar e fortalecer a integração entre o Estado e a iniciativa privada com vistas a execução de empreendimentos públicos de infraestrutura e de outras medidas de desestatização. Nesse sentido, optou o governo federal, por inserir o Parque Olímpico no programa nacional da SPPI.

A partir da reformulação da Administração Federal pela Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019 convertida na Lei nº 13.844, de 18 de junho 2019, com a extinção do Ministério do Esporte e sua sucessão pelo Ministério da Cidadania ocorreu a necessidade de alguns ajustes na execução das fases de administração e políticas de trabalho da extinta autarquia.

Desafios e Riscos

Durante o ano de 2018, ocorreu uma evolução no Processo de Adoção de Modelo de Gestão Sustentável, com um planejamento prévio e constante interação com o BNDES e que resultou na conclusão do Termo de Referência necessário à licitação dos serviços técnicos especializados para realização dos estudos relativos ao Parque Olímpico da Barra com o Acordo de Cooperação Técnica entre o MPDG e o ME visando atender a deliberação do CPPI e estabelecer mecanismos de cooperação para acompanhar o Processo de Desestatização do POB.

O principal desafio em 2019 foi a conclusão do processo de contratação dos estudos e entrega do Plano de Negócios, para definição de Modelo de Gestão e Manutenção do Parque Olímpico da Barra, (gestão pública ou gestão privada) mais eficiente e adequado as condições atuais, com vistas ao desenvolvimento e modernização de suas instalações, garantindo a sustentabilidade do Legado Olímpico e o desenvolvimento da sociedade brasileira por meio do esporte.

Coube ao Departamento Executivo, por intermédio da Superintendência de Concessões Administrativas, a competência de desempenhar as atividades relacionadas à promoção dos estudos para subsidiar a adoção de modelo de gestão sustentável sob os aspectos econômico, social e ambiental das instalações do Parque Olímpico da Barra e sua possível desestatização.

O primeiro e principal risco que não houve como ser mitigado, mesmo após algumas reuniões com os demais envolvidos, Ministério da Economia e Ministério da Cidadania, foi a extinção da AGLO com a distribuição de suas atividades pelas diversas unidades do Ministério da Cidadania ocasionando um breve descompasso nas atividades do POB.

O segundo risco, porém, de grande importância, foi o Ministério Público Federal/MPF que durante o exercício de 2018 apresentou um sem número de questionamento quanto a administração e manutenção do POB e, no limite, em 25 de janeiro de 2019, enviou a Recomendação nº 1/2019MPF/PRMSPA/GAB02 ao BNDES, recomendando que procedesse à suspensão do Processo de Desestatização relativo ao Legado Olímpico, o que prejudicou a atuação da autarquia diante do seu cenário de extinção.

Consequentemente, a data reprogramada prevista para a conclusão do processo, até o final de 2020, superou a data de extinção da AGLO em 30.06.2019.

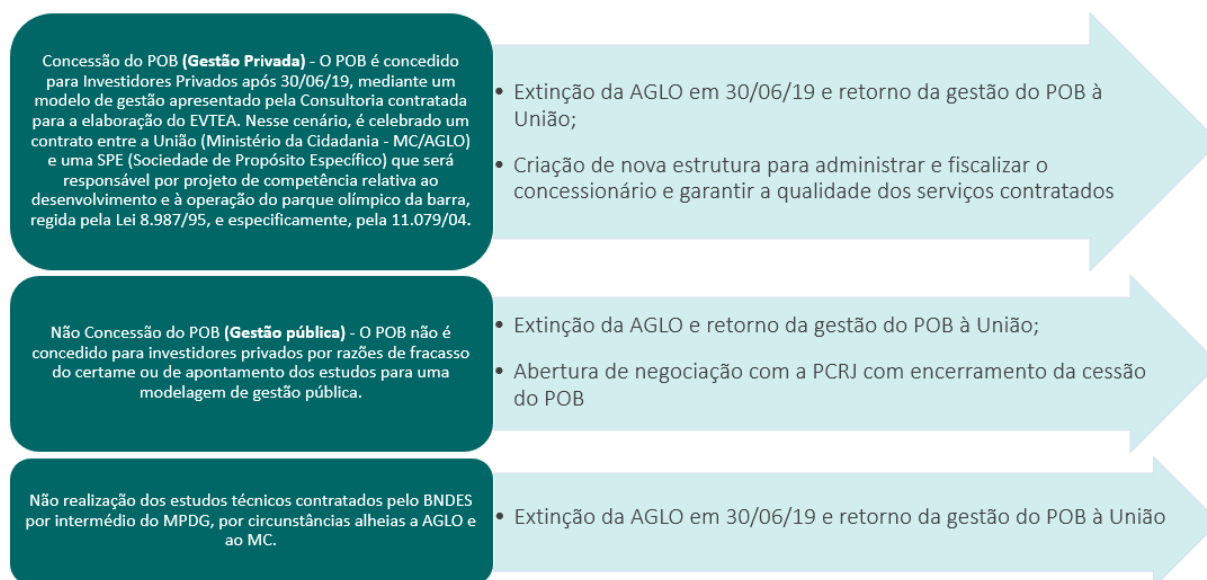


Figura 11 – Cenário de Contingência

Importante destacar que mesmo com um planejamento e identificação de riscos e, em que pese, a AGLO ter mantido o Plano de Manutenção das Instalações do POB, cujo objetivo foi o estabelecimento da sistemática mais eficiente e eficaz de gestão predial, para a prestação dos serviços contínuos de operação e manutenção predial preventiva, corretiva e preditiva na noite do dia 08 de abril de 2019, por volta das 18hs, a cidade do Rio de Janeiro foi acometida de forte temporal que, segundo informações da mídia, registrou mais de 200 mm/cm² em menos de 24 horas, sendo a maior tempestade dos últimos 22 anos na cidade. Estas chuvas ocasionaram alagamentos em vários pontos da capital trazendo transtornos à população em geral, agindo principalmente na Região da Zona Oeste onde se localiza o Parque Olímpico, fazendo com que a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro decretasse "estado de atenção".

Tal acontecimento da natureza afetou as arenas olímpicas do POB, que já haviam sofrido graves avarias nas chuvas ocorridas em fevereiro de 2019, estas arenas sofreram danos tanto em elementos estruturais quanto em elementos de acabamento e de acordo com os processos de contratação emergencial, que produziram processos para pagamentos mediante reconhecimento de dívidas, para os devidos reparos observou-se que por determinação do Diretor de Infraestrutura aos supervisores das arenas, foram realizados, de imediato, relatórios de danos e avaliação das condições de uso das instalações.

Principais resultados

Foram mantidos contatos com a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, pela Subsecretaria de Legado Olímpico e a Secretaria do Meio Ambiente, o que ocasionou avanços nas tratativas visando a solução para o Bosque dos atletas com apoio da Procuradoria do Município. O modelo envolveu créditos de compensação ambiental, sendo que a Secretaria Municipal de Meio-Ambiente concedeu créditos para a BioVert Engenharia Ambiental, que desde 2016 cuidava das mudas. No cálculo entraram não só as mudas, mas também o transporte delas e a manutenção da Floresta por um ano. As Empresas que executarem grandes obras e precisarem, em troca, adotar medidas de compensação ambiental, podem comprar esses créditos da BioVert. O evento ocorreu no dia 25 de setembro, após a extinção da autarquia, coberto pela mídia demonstrando a criação da Floresta dos Atletas no Parque Radical em Deodoro ocupando uma área de cerca de 10 hectares.

A Superintendência de Concessões Administrativas foi de crucial importância para que, se estruturasse um modelo de gestão adequado a realidade do Parque Olímpico da Barra nos aspectos econômico, social e ambiental, tendo em vista a magnitude do tema.

Durante o primeiro semestre de 2019, período de gestão apurado neste relatório, ocorreram nas instalações do Parque Olímpico da Barra 53 (cinquenta e três) eventos como pode ser identificado no sítio da internet <http://aglo.gov.br/calendario-de-eventos/>, destes 1(um) evento foi cancelado. Os seguintes processos, que foram realizados, porém não foram concluídos pela autarquia haja visto a extinção da unidade.

EVENTOS PREVIAMENTE AGENDADOS

Nº	NOME DO EVENTO	LOCAL	DATA INÍCIO DO EVENTO	PROCESSOS
1	CAMPEONATO BRASILEIRO CBJJD	Arena 1	24/05/2019	58021.000074/2019-04
2	TORNEIO DE TÊNIS CIDADE JARDIM	Centro de Tênis	26/05/2019	58021.000101/2019-31
3	TORNEIO COPA DENTE-DE-LEITE KIDS	Centro de Tênis	26/05/2019	58021.000137/2019-14
4	JOGO DO FLAMENGO PELA NBB 11	Arena 1	08/06/2019	
5	II MÓDULO DE ESTÁGIO TÉCNICO DA FJERJ - JUDÔ	Arena 2	09/06/2019	58021.000130/2019-01
6	II COPA MAXIMUS DE JIU JITSU	Velódromo	09/06/2019	58021.000138/2019-69
7	TORNEIO COPA DENTE-DE-LEITE KIDS	Centro de Tênis	09/06/2019	58021.000137/2019-14
8	SEMIFINAIS E FINAIS DA TEMPORADA 01 DO ANO DE 2019 DA LIGA RIO VÔLEI	Arena 1	15/06/2019	58021.000037/2019-98
9	SUPER CAR RIO E MOTOS	Estacionamento	16/06/2019	58021.000148/2019-02
10	SELETIVA SUDESTE RIO TORNEIO CROSS FIT BRASIL	Velódromo	23/06/2019	58021.000062/2019-71
11	TORNEIO COPA DENTE-DE-LEITE KIDS	Centro de Tênis	22/06/2019 23/06/2019 29/06/2019 30/06/2019	58021.000137/2019-14

Quadro 6 – Eventos pré-agendados

No período que este relatório abrange ocorreu a continuidade dos projetos sociais voltados para crianças e adolescentes de baixa renda, as parcerias com o Instituto Reação, Instituto Irmãos Nogueira, Team Águia Futevôlei e Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS), da Secretaria Especial do Esporte, atendendo cerca de 700 crianças, adolescentes e jovens de 6 a 21 anos com atividades esportivas.

O Team Águia desenvolveu o projeto ‘Águias no Esporte’, com aulas de futevôlei na quadra externa de areia, construída dentro do Complexo Olímpico de Tênis com recursos de contrapartida obtidos dos diversos contratos de cessão das arenas.

O Instituto Reação, por sua vez, ministrou aulas de judô no COT nas tardes de segundas-feiras e quartas-feiras. Atendeu aproximadamente 120 crianças e adolescentes da rede de ensino público, utilizando o esporte como instrumento educacional e de transformação social, formando faixas pretas dentro e fora do tatame.

A SNELIS além das aulas de futsal, basquete, vôlei, judô e jiu-jítsu no COT, com material esportivo próprio, a exemplo de quimonos, bolas, redes, etc., ampliou o “Esporte e Cidadania” oferecendo aulas de ciclismo e handebol no Velódromo e no COT.

Já os Irmãos Nogueira ministraram aulas de Boxe, Jiu-Jitsu e MMA durante o contra turno escolar também no COT. O projeto “Luta: escola da Vida” atendeu aproximadamente 200 crianças e

adolescentes moradoras de comunidades em vulnerabilidade social, matriculadas na rede municipal ou estadual de ensino. As aulas foram realizadas três vezes por semana com duração de 1h20.

Centro Olímpico de Treinamento – COT

Foi idealizado e planejado pelo Departamento Executivo (Supervisão de Operações) em 2017. Ao longo do primeiro semestre de 2019, período de gestão apurado neste relatório, seus principais resultados foram a colaboração para que as Confederações, Federações, associações, institutos e entidades desenvolvessem suas modalidades nas instalações Olímpicas. As seguintes instituições estavam atuando nas arenas, como pode ser identificado na página da autarquia no endereço <http://aglo.gov.br/calendario-do-cot/>:

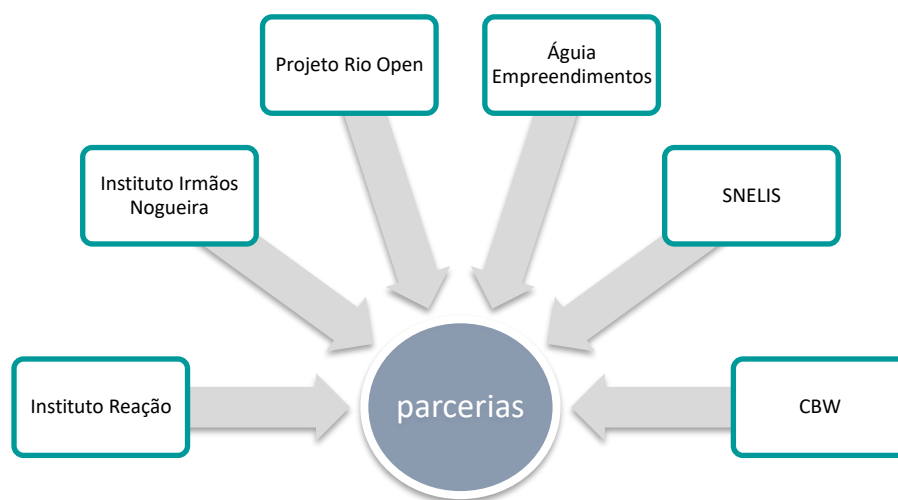


Figura 12 - Parcerias

Em informações da ex-autarquia alguns contatos e pretensões de adesão foram encaminhados para ajustes futuros, ou seja, após a data de extinção da autarquia, porém é necessário o registro:



Figura 13 – Relação de confederações

Foi estruturado um grupo de trabalho para cuidar das questões jurídicas referentes aos acordos de cooperação, para que as entidades possam ocupar de forma permanente as instalações do Centro Olímpico de Treinamento – COT <http://aglo.gov.br/cot/>. Esse trabalho propiciou o atendimento no primeiro semestre de 2019 a casa de 4.600 (quatro mil e seiscentas) pessoas sendo 763 (setecentos

e sessenta e três) Atletas de Alto Rendimento, 421 (quatrocentos e vinte e um) Atletas de Base, 3.296 (três mil duzentos e noventa e seis) Atletas Cidadãos e 120 (cento e vinte) professores.

Projetos sociais

Mediante Acordos de Cooperação Técnica, <http://aglo.gov.br/acordos/>, com confederações e institutos, foi fomentado a utilização das arenas com projetos sociais e de alto rendimento, atendendo mais de 480 (quatrocentos e oitenta) pessoas, entre atletas e crianças carentes.

PROJETOS SOCIAIS E RESULTADOS ESPERADOS

TEMAS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	RESULTADOS ESPERADOS
Gestão do legado olímpico	Adequar as instalações	Adequação das instalações do “modo jogos” para o “modo legado” para atender às necessidades de incentivo ao desenvolvimento esportivo das atividades de alto rendimento ou das outras manifestações desportivas e à inclusão social.
	Manter as instalações	Manutenção e conservação das instalações do legado, por meio da celebração de instrumentos jurídicos diversos
	Utilizar as instalações	Utilização plena e democrática das instalações do legado olímpico pela sociedade.
	Promover estudos para gestão sustentável	Definição do modelo de gestão sustentável das instalações olímpicas, sob os aspectos econômico, social e ambiental
	Gerir em conjunto com o EB o Complexo Esportivo de Deodoro	Integração das gestões civil e militar, para o desenvolvimento do legado olímpico
Promoção da cidadania e do esporte	Desenvolver projetos e ações para a inclusão social	Desenvolvimento físico, mental, intelectual e cultural dos indivíduos provenientes de comunidades carentes.
	Promover e divulgar o legado olímpico e sua imagem	Disseminação do legado enquanto bem público e sua importância para a sociedade brasileira, de modo a estimular o seu uso
	Incentivar todas as manifestações desportivas	Desenvolvimento do esporte educacional, de rendimento, de participação e de formação
	Desenvolver políticas públicas	Promoção do bem estar e do pleno exercício dos direitos e garantias constitucionais da população.
	Desenvolver projetos e ações para o desenvolvimento esportivo.	Desenvolvimento de atletas e de competições com o foco em resultados e índices esportivos
	Desenvolver a participação do setor privado nos programas da Rede Nacional de Treinamento	Desenvolvimento esportivo com o intercâmbio de conhecimentos e recursos entre os segmentos público e privado
	Desenvolver relações com entidades esportivas de rendimento	Desenvolvimento do esporte de rendimento por meio da integração com as entidades do setor.

Quadro 7 - PROJETOS SOCIAIS E RESULTADOS ESPERADOS

Ações de Marketing

Neste breve período de 2019, o departamento de marketing realizou ações e projetos com o intuito de dar continuidade no processo de promover positivamente a autarquia e as suas iniciativas, como pode ser visto no endereço da internet <http://aglo.gov.br/galeria-de-eventos/>, ativações e eventos junto à sociedade, parceiros, clientes e entidades governamentais, para consolidar a imagem de utilidade e bem comum do legado olímpico.

O site institucional alcançou os seguintes objetivos: transparência às atividades realizadas pela AGLO: levar ao público os eventos que foram realizados e programados; possibilitou o agendamento para a visita guiada; divulgou os projetos sociais e as entidades beneficiadas; disponibilizou o acervo de fotos, vídeos e publicações na mídia e, informações de contato mediante e-mail e newsletter. O aprimoramento constante do site institucional, foi um importante aliado ao trabalho desenvolvido e contínuo nas redes sociais, criando um bom posicionamento digital, com um elevado alcance.

Estratégias

Neste breve período de um semestre, foram observadas as atividades de maior relevância para a conclusão das atividades da AGLO:

Metas Específicas
Regularização de licenças operacionais;
Promoção de estudos que proporcionariam subsídios para a adoção de modelo de gestão sustentável sob os aspectos econômico, social e ambiental;
Administração das instalações olímpicas
Ativação dos projetos comunitários e educacionais:
Modalidades olímpicas (6)
Eventos mensais por instalação: Média de 2
Eventos mensais por instalação: Média de 4
Projeção para ocupação máxima do POB
Projeção para Centro Olímpico de Treinamento estar 100% operacional

Quadro 8 – Metas Específicas



ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6 – ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

Tendo em consideração a previsão de extinção no dia 30 de junho de 2019, isso dificultou a projeção de projetos e, por conseguinte, a alocação de recursos.

Além disso, tal previsão de extinção dificultou a contratação de mão de obra especializada devido ao curto prazo de existência da Autarquia.

Programa Temático do Plano Plurianual (PPA)

Quanto ao PPA 2016-2019, a AGLO se enquadrou no Programa: 2035 - Esporte, Cidadania e Desenvolvimento. Vinculados a esse programa destaca-se o seguinte objetivo: Objetivo: 1132 - Preparar e realizar os Jogos Olímpicos e Paralímpicos – Rio 2016 e gerir o legado esportivo.

Finalizar os Atos dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos – Rio 2016 e gerir o legado esportivo.					
Identificar, fomentar e desenvolver ações que contribuam para a geração do legado esportivo.	Promoção de estudos que proporcionem subsídios para a adoção de modelo de gestão sustentável das instalações olímpicas.	Coordenação de estratégias de manutenção e utilização das instalações esportivas olímpicas e paraolímpicas destinadas às atividades de alto rendimento ou a outras manifestações desportivas de que trata o art. 3º da Lei nº 9.615, de 25 de março de 1998.	Busca de parcerias com a iniciativa privada pela execução de empreendimentos de infraestrutura destinados à melhoria e à exploração da utilização das instalações esportivas, aprovadas previamente pelo Ministério do Esporte.	Elaborar o plano de utilização das instalações olímpicas e paraolímpicas, sujeito à supervisão e à aprovação do Ministério da Cidadania	Acompanhar a execução das obras relacionadas com os Jogos Rio 2016, para a gestão de equipamentos de acordo com as atribuições da Autoridade de Governança do Legado Olímpico e do Ministério da Cidadania

Quadro 9 – ações do PPA

No entanto, ao se observar a Lei Nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019, que estimou a receita e fixou a despesa da União para o exercício financeiro de 2019, e o Decreto Nº 9.699, de 8 de fevereiro de 2019, que transferiu dotações orçamentárias constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União para diversos órgãos do Poder Executivo federal, para encargos financeiros da União e para transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, foram provisionados para a AGLO, em 2019, o montante de R\$ 166.996.573,00; os quais foram empregados nas seguintes atividades:

- Manutenção e Operação da AGLO;
- Processo de Desmontagem / Remontagem da Arenas Olímpicas;
- Termo de Execução Descentralizada de Crédito com o Exército Brasileiro para manutenção das instalações olímpicas em Deodoro;
- Termo de Execução Descentralizada de Crédito com a Aeronáutica para manutenção das Instalações do Centro Olímpico de Treinamento Aeronáutico

Planejamento Estratégico

O planejamento estratégico foi apresentado, em audiência pública em junho de 2017, no documento intitulado “*PLANO DE LEGADO DA AGLO*”, que continha, dentre outros assuntos, uma proposta de planejamento a ser desenvolvido pela Autarquia. Foram definidas as estratégias, objetivos e metas com foco no prazo de existência da autarquia (até 30 de junho de 2019).

Conforme informações colhidas junto à equipe de trabalho e responsáveis, após a extinção da autarquia foram identificados, para o exercício de 2019 (até a data prevista para descontinuidade da AGLO) os riscos que poderiam impactar nas suas atividades. Entre os principais riscos identificados, foram destacados:

PRINCIPAIS RISCOS		MITIGAÇÃO
MUDANÇAS RELEVANTES NAS CONDIÇÕES DE MERCADO	Arenas próximas, de outras entidades, também abertas para eventos esportivos	<ul style="list-style-type: none"> • Monitoramento contínuo da evolução do cenário externo e da atuação nos nossos diversos públicos de interesse; • Processo de planejamento e de gestão de carteira; • Aprimoramento da eficiência das operações.
ATRASO NAS REFORMAS AJUSTES DAS ARENAS		<ul style="list-style-type: none"> • Discussão com a PCRJ para agilizar as reformas do Parque como um todo; • Construção de um ambiente de negócios que favoreça a viabilização de projetos que estimulem as atividades esportivas.
REALIZAÇÃO DE PARCERIAS INVESTIMENTOS		<ul style="list-style-type: none"> • Análise contínua da carteira de parcerias e investimentos, buscando adequá-la as necessidades e às oportunidades do mercado; • Identificação abrangente de riscos e elaboração de planos de ação para incrementar as chances de sucesso dos projetos de parcerias e investimentos.
LEGALIDADE	Extinção da Autarquia art. 4º Decreto nº 9.299/2018	<ul style="list-style-type: none"> • Preparação para a possível descontinuidade dos trabalhos devido a precariedade da criação da Autarquia;
PROCESSOS JUDICIAIS CONTINGÊNCIAS		<ul style="list-style-type: none"> • Gestão da carteira de contingências com matriz de riscos e controles internos dos processos e rotinas; • Análise e revisão pela Assessoria Jurídica para causas relevantes; • Grupos de trabalho para processos relevantes com foco em aprimoramento, acompanhamento dos processos e tratamento da causa; • Análise jurídica prévia a tomada de decisão, o que gera insumos para a definição de procedimentos mais robustos e com menor risco de questionamento em juízo; • Análise das questões levantadas pelo Ministério Público e suas intercorrências;
INTEGRIDADE DE ATIVOS		<ul style="list-style-type: none"> • Contínuos programas de inspeções e manutenções das instalações e de treinamentos da nossa força de trabalho para o correto cumprimento dos requisitos de segurança, de acordo com as melhores práticas.
CONTROLES		<ul style="list-style-type: none"> • Processos de Auditoria das Unidades de Controle; • Reuniões e exposições dos projetos do modo legado ao Tribunal de Contas da União; • Processos e procedimentos adotados a partir da orientação da Auditoria Interna;

De acordo com a legislação o Orçamento da Autoridade de Governança do Legado Olímpico foi o instrumento empregado para definir como os recursos disponibilizados seriam aplicados em projetos e políticas públicas, no sentido de alcançar o melhor atendimento do Legado Olímpico. A seguir identifica-se o orçamento que deveria ter sido executado durante o exercício.

Órgão: 51000 Ministério do Esporte
 Unidade: 51205 Autoridade de Governança do Legado Olímpico AGLO
 Recursos de todas as Fontes
 R\$ 1,00

Código/Especificação		Exec 2017	LOA 2018	PLO 2019	LOA 2019
Total		0	164.633.554	174.758.408	166.996.573
Programa					
2035	Esporte, Cidadania e Desenvolvimento	0	139.921.077	154.836.704	147.094.869

2123	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Esporte	0	24.712.477	19.921.704	19.901.704			
Função								
27	Desporto e Lazer	0	164.633.554	174.758.408	166.996.573			
Subfunção								
122	Administração Geral	0	23.412.121	18.782.000	18.762.000			
301	Atenção Básica	0	630.564	630.564	630.564			
331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0	669.792	509.140	509.140			
811	Desporto de Rendimento	0	139.921.077	154.836.704	147.094.869			
Grupo de Despesa								
1	Pessoal e Encargos Sociais	0	22.966.671	18.382.000	18.382.000			
3	Outras Despesas Correntes	0	126.666.883	152.626.408	145.052.073			
4	Investimentos	0	15.000.000	3.750.000	3.562.500			
Fonte	1 - PES	2 - JUR	3 - ODC	4 - INV	5 - IFI	6 - AMT	9 - RES	Total
100	18.382.000	0	145.052.073	3.562.500	0	0	0	166.996.573
Total	18.382.000	0	145.052.073	3.562.500	0	0	0	166.996.573

Quadro 10 – Orçamento

A seguir estão destacadas as despesas classificadas nos seguintes grupos de natureza: outras despesas correntes, investimentos e inversões financeiras, pessoal e encargos sociais. Essas informações são obtidas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) mediante consulta ao portal da Transparência do Governo Federal.

Mês Ano	Valor			
	Empenhado	Liquidado	Pago	Restos a Pagar Pagos
jan/2019	1.361.946,56	1.348.569,98	452.726,49	2.640.178,17
fev/2019	4.763.759,93	1.439.086,22	1.412.114,38	1.681.751,22
mar/2019	8.643.443,24	3.995.036,48	4.024.233,52	416.203,78
abr/2019	2.051.694,53	3.420.825,72	3.456.928,84	504.763,31
mai/2019	5.713.562,23	3.409.487,94	3.392.695,66	0
jun/2019	7.483.821,52	4.205.921,09	3.686.750,32	57.814,44

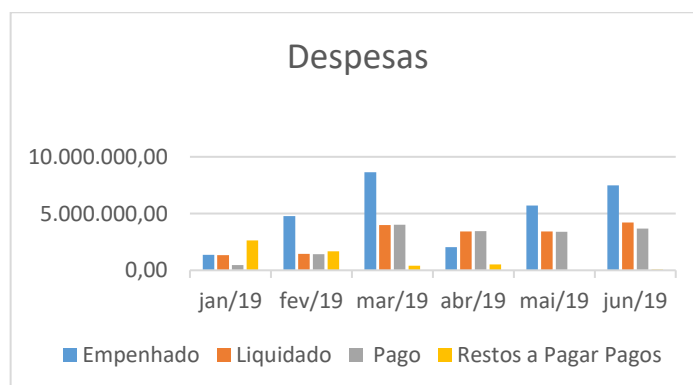


Figura 14 – Orçamento

Governança, Estratégia e Alocação de Recursos

A partir da Mudança do Governo federal com a publicação da Medida Provisória nº 870, de 01.01.2019, convertido na Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, transformando o Ministério do Esporte no Ministério da Cidadania a AGLO passou a estar vinculada a esta nova Pasta.

Diante deste novo quadro administrativo e de orientação político administrativo a estratégia de trabalho foi redimensionada, porém guardando pertinência com as formas e procedimentos adotados em anos anteriores.

Em que pese a política de governo no sentido da não continuidade da Autarquia o modelo de negócios que foi estruturado em 2017 e implementado em 2018 continuou a ser seguido para o período de 2019, diante dos bons resultados conseguidos. A seguir o quadro de modelo de negócios aplicado na AGLO identificando os principais objetivos estabelecidos para o exercício, a vinculação desses objetivos aos objetivos estratégicos, a estrutura de custos e fontes de receita.

Das informações colhidas junto as unidades do Ministério da Cidadania e do Plano Estratégico da Extinta Autarquia o quadro a seguir identifica o orçamento previsto para o exercício de 2019.

Orçamento 2019

Saldo após Remanejamento de Créditos pela SOF - 2019

Custeio	Investimento	Pessoal	Total
63.731.690,00	3.562.500,00	18.465.767,00	85.759.957

Quadro 11 – Saldo após remanejamento de créditos pela SOF 2019

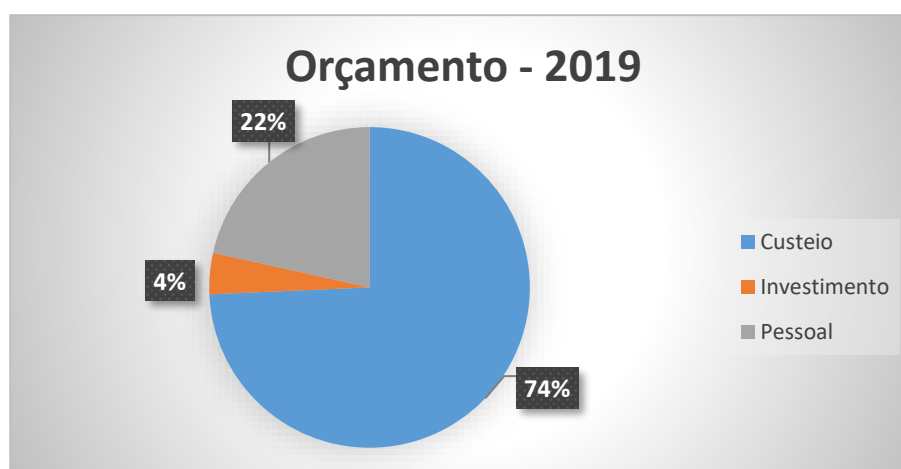


Figura 15 – Saldo após remanejamento de créditos pela SOF 2019

A previsão de despesas para o decorrer de 2019, mesmo com a especificidade de extinção da autarquia no dia 30 de junho de 2019 foi:

Despesas - 2019	Valor em R\$
TED - Marinha do Brasil - CEFAN	1.514.095,38
TED - Exército Brasileiro - CCFEx	32.584.889,66
Previsão de Gastos da AGLO	33.195.204,96
Total	67.294.190,00

Quadro 12 - Previsão de despesas 2019

A partir da reformulação da Administração Federal, com a extinção do Ministério do Esporte e sua sucessão pelo Ministério da Cidadania ocorreu a necessidade de alguns ajustes na execução das fases de administração e políticas de trabalho.

O Departamento Executivo, por intermédio da Superintendência de Concessões Administrativas, teve a competência de desempenhar atividades relacionadas à promoção dos estudos para subsidiar a adoção de modelo de gestão sustentável sob os aspectos econômico, social e ambiental das instalações do Parque Olímpico da Barra.

GESTÃO DE PESSOAS

Conformidade legal

A Supervisão de Recursos Humanos da Autoridade de Governança do Legado Olímpico-AGLO, tinha por competência gerir a força de trabalho da autarquia, executando as ações relativas ao desenvolvimento de recursos humanos e administração de pessoal, de acordo com as orientações e normas emanadas do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC, mantendo e divulgando informações atualizadas sobre dispositivos legais, normas, decisões superiores e jurisprudência, relativos a área e seguindo o estabelecido no Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias, criado pela Lei 8.112/90.

As informações referentes aos servidores podem ser encontradas no sítio da autarquia no endereço: <http://aglo.gov.br/servidores/>.

Avaliação da força de trabalho

De acordo com as informações disponíveis nos sistemas de administração federal a força de trabalho da AGLO era composta por 30% de servidores requisitados, de outros órgãos e/ou entes federativos, e de 70% de servidores sem vínculo com a Administração Pública.

DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA -POSIÇÃO-29/6/2019

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	3
2. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	18	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	30	18
4. Total de Servidores (1+2+3)	48	21

Quadro 13 - Distribuição da Lotação Efetiva -Posição-29/6/2019

DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS

(POSIÇÃO 29.6.2019)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	65	55		
1.1 Servidores de Outros Órgãos e Esferas		6	0	2
1.2 Sem Vínculo		49	0	5
2. Funções Gratificadas	30	15		
2.1 Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		3	0	0
2.2 Servidores de Outros órgãos e Esferas		12	0	1
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	95	70	0	8

Quadro 14 - Detalhamento da estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas

ROTATIVIDADE DE PESSOAL

(POSIÇÃO 29.6.2019)

Movimentação	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
Nº de exonerações/dispensas	2	0	0	5	0	1
Nº de nomeações/designações	0	0	0	0	0	0
Nº de funcionários ativos no mês	75	75	75	70	70	69

Quadro 15 - Rotatividade de Pessoal

Tendo em vista a temporalidade da Autarquia, bem como os objetivos para os quais foi criada, a AGLO não possuía quadro permanente de pessoal, contando, com pessoal cedido de órgãos e entidades da administração pública federal e dos demais entes da federação, e militares das Forças Armadas, na forma do 4º da Lei 13.474/2017, para exercer suas atividades.

Ações de Capacitação

Considerando que a extinção da Autarquia estava prevista para 30 de junho de 2019 não houve por parte da direção ênfase nos eventos de capacitação, tendo a equipe temporária sido informada que foram contratados os eventos abaixo discriminados:

CAPACITAÇÃO DE PESSOAL

INSTITUIÇÃO	EVENTO	LOCAL	DATA	VALOR
Híria Organização de Feiras e Eventos LTDA - EPP	Exame Fórum PPPs e Concessões	São Paulo	28/05/19	2.190,00
IOC Capacitação LTDA	Semana Especial de SIAPECAD– Cadastro de Pessoal e SIAPE	Rio de Janeiro	03 a 07/06/19	2.590,00

Quadro 16 - Capacitação

Despesa de pessoal

EVOLUÇÃO DA DESPESA DE PESSOAL

CÓDIGO/ESPECIFICAÇÃO	EXEC. 2017	LOA 2018	PLA 2019	LOA 2019
Total	0	164.633.554	174.758.408	166.996.573
<i>Grupo de Despesa</i>				
1 Pessoal e Encargos Sociais	0	22.966.671	18.382.000	18.382.000

Quadro 17 – Despesa de pessoal

Estratégia de Recrutamento e Alocação de Pessoas

Tendo em vista que a AGLO foi uma Autarquia temporária, composta por vagas de Função Técnica Gratificada – (FT) e Cargos comissionados, denominadas de “livre nomeação e livre exoneração”, não possui quadro permanente.

Contou com pessoal cedido pelos Órgãos e Entidades da Administração Pública Federal e dos demais entes da Federação, Militares das Forças Armadas, na forma do artigo 4º da Lei 13.474/2017, e com servidores sem vínculo com a Administração, para exercer suas atividades.

Avaliação da Força de Trabalho da AGLO

De acordo com a Lei 13.474, de 23 de agosto de 2017, o quantitativo autorizado de cargos da AGLO foi composto por 65 Cargos em Comissão e 30 Funções Técnicas Gratificadas.

A força de trabalho da AGLO foi composta, durante o semestre e 2019 por 30% de servidores requisitados, de outros órgãos e/ ou entes federativos, e de 70% de servidores sem vínculo com a Administração Pública.

A SRHU-DGI atendeu, ainda, por não existir na estrutura da extinta autarquia solicitações realizadas na Ouvidoria e no Serviço de Informação ao Cidadão – SIC. Tendo sido cadastrada no “Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflitos de Interesse - SeCI, para acompanhamento e solução de possíveis demandas.

GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Do trabalho executado por força da Portaria nº 1.312/GM/MC, de 17.07.2019, o levantamento do universo processual dos contratos no aplicativo SEI do extinto Esporte e SEI Cidadania e realizado o confronto “in loco” com os documentos físicos referente as prorrogações contratuais realizadas e respectivos Termos Aditivos, se verificou que dos 16 (dezesesseis) contratos celebrados pela extinta AGLO, 14 (quatorze) foram aditivados e assinados fisicamente discriminados na listagem a seguir:

RELAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Posição em 30.06.2019

RELAÇÃO DE CONTRATADOS						
Ord.	Nº do Contrato	Contratada	Objeto da Contratação	Origem da Contratação	Vigência em 30/06/2019	Valores Pagos na UG 180080
1	03/2017	Cardeal Gestão Empresarial e Serviços Ltda.	Serviço de limpeza, conservação e higienização com fornecimento de todo material necessário e dedicação exclusiva na mão de obra.	Adesão a Ata de Registro de Preços PE SRP nº 10/2016 - CCFEx	04/03/20	R\$ 1.216.711,83
2	05/2017	ATAC - FIRE Extintores Comércio e Serviços LTDA - EPP	Serviços de prevenção e combate a incêndio e pânico, evacuação de área e à prestação de primeiros socorros p/proteção à vida e ao patrimônio por meio de Bombeiro Civil nas instalações esportivas.	PE nº 01/2017	08/11/19	R\$ 574.506,96
3	07/2017	APPA Serviços Temporários e Efetivos LTDA	Serviços terceirizados de mão de obra para apoio administrativo, técnico e operacional.	Adesão à Ata de Registro de Preços PE SRP Nº 04/2017. - MAPA	30/11/19	R\$ 436.971,74
4	08/2017	Mac Id Comercio e Serviços e Tecnologia da Informação	Empresa especializada na gestão de serviços de REPROGRAFIA: impressão corporativa, cópia, fax, digitalização departamental, c/ disponibilização de equiptos novos, manutenção preventiva e corretiva, c/ substituição de peças e suprimentos, papel, sist. gerenciamento e contabilização de impressões / cópias	Adesão à Ata de Registro de Preços PE SRP Nº 20/2016 - IFPA	30/11/19	R\$ 35.900,00
5	09/2017	Imprensa Nacional	Prestação de serviços, de publicação no DOU, de atos oficiais .	Inexigibilidade	Continuado	R\$ 2.841,44
6	10/2017	EBC	Distribuição da publicidade legal impressa e/ou eletrônica Distribuição da publicidade legal impressa e/ou eletrônica.	Inexigibilidade	15/12/19	R\$ 7.261,80
7	01/2018	Max Segurança Maxima	Serviços especializados de vigilância armada e desarmada ininterrupta, vigilância patrimonial armada.	PE nº 03/2017	14/01/20	R\$ 1.021.007,76
8	02/2018	DANDY Locação de Veículos LTDA – EPP	Locação de veículos, em caráter permanente, incluindo seguro total contra acidentes, combustível, manutenção, etiqueta eletrônica de pedágio (TAG) e mão-de-obra especializada (motoristas).	Adesão à Ata de Registro de Preços PE SRP Nº 14/2017 - IFPR	27/02/20	R\$ 148.905,97
9	03/2018	MANUQUIP Comércio e Serviço LTDA	Serviços continuados, sob demanda, sem dedicação de mão-de-obra exclusiva, para controle de pragas da instalações do POB.	Adesão à Ata de Registro de Preços PE SRP Nº 04/2017 - EsAO	20/05/20	R\$ 82.657,98
10	04/2018	FUNDAMENTAL Locação de Equipamentos de Informática	Locação de equipamentos de informática do tipo Microcomputadores (Tipo 1 e Tipo 2), Monitores Adicionais e Notebooks.	PE nº 02/2018	05/07/19	R\$ 106.037,95

11	05/2018	EXCEL Elevadores LTDA	Serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva nos Elevadores, prevendo: emprego de mão de obra; serviços eventuais de manutenção; e fornecimento de material e equipamentos necessários e adequados.	PE nº 01/2018	05/07/19	R\$	90.049,86
12	07/2018	Correios - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT	Serviços de recepção, coleta, transporte e entrega domiciliária de objetos relativos à Carta Comercial, em âmbito nacional, com peso unitário de até 500 (quinhentos) gramas.	Inexigibilidade	18/09/19	R\$	1.738,89
13	09/2018	GB Consultoria e Serviços LTDA	Serviços contínuos de operação e de manutenção predial preventiva, corretiva e preditiva, compreendendo o fornecimento dos postos de serviço, todo o material e equipamentos necessários e adequados.	PE nº 02/2017	20/12/19	R\$	3.469.160,73
14	12/2018	PRIMESYS Soluções Empresariais S.A	Serviço de hospedagem dos sítios institucionais da Autoridade de Gestão do Legado Olímpico (AGLO) e da Autoridade Pública Olímpica (APO) na rede mundial de computadores (internet).	Dispensa	26/11/19	R\$	-
15	01/2019	FACTO Turismo EIRELI- ME	Empresa de agenciamento de viagens	Adesão à Ata de Registro de Preços PE SRP Nº 12/2018 - IFAC	20/03/20	R\$	6.450,23
16	02/2019	CLARO	Serviço de Telefonia Móvel Pessoal – SMP (Móvel, Móvel-Fixo e dados), nas modalidades Local, Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI)	Adesão à Ata de Registro de Preços PE SRP Nº 01/2018 - Central de Compras	21/03/21	R\$	3.413,70

Quadro 18 - Relação de Contratos de Prestação de Serviços

Os 2 (dois) contratos que não foram prorrogados (destacados em negrito), tinham como objeto a manutenção de elevadores e a locação de computadores. O de locação foi encerrado e os equipamentos restituídos a empresa proprietária. Quanto à manutenção dos elevadores foi necessária a abertura de novo processo de licitação pela SAA do Ministério da Cidadania para contratação dos serviços.

Contratações mais relevantes

Em que pese não se ter conseguido as informações sobre a relevância das contratações levadas a termo pela extinta autarquia é possível identificar que todas as contratações realizadas AGLO visavam o custeio administrativo do Órgão e à manutenção das áreas do Parque Olímpico da Barra - POB que estavam sob sua gestão.

Contratações diretas: participação nos processos de contratação

Do levantamento dos processos que foram descentralizados para o Ministério da Cidadania, diante da extinção da autarquia, se pode aferir que foram realizadas 03 (três) contratações por inexigibilidade de licitação: Contrato nº 03/2017 - Imprensa Nacional, Contrato nº 10/2017 - Empresa Brasileira de Comunicação - EBC e Contrato nº 07/2018 - Correios - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Foi realizada 01 (uma) contratação por dispensa de licitação, nos termos do Art. 24º, Inciso II da Lei nº 8.666 de 21/06/1993: Contrato nº 12/2018 - PRIMESYS Soluções Empresariais S.A, para hospedagem dos sítios institucionais da Autoridade de Gestão do Legado Olímpico (AGLO) e da Autoridade Pública Olímpica (APO).

GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

No âmbito da extinta AGLO, para auxiliar no controle do Patrimônio utilizava-se, o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e o Sistema Integrado de Administração de

Serviços (SIADS), de maneira que tais sistemas permitiam o gerenciamento dos materiais (permanente e de consumo), assim como, a emissão e controle da numeração patrimonial, bem como registro das baixas ocorridas.

A partir das informações colhidas nos pré citados sistemas públicos (SIADS e SIAFI) ocorreu o levantamento das informações a serem prestadas neste relatório, visando identificar se os procedimentos administrativos no que diz respeito ao patrimônio eram seguidos, haja vista que durante o trabalho da comissão temporária foi constatada a existência de rotinas e procedimentos administrativos, assim como um controle devido.

Historicamente ao final do evento olímpico e paralímpico de 2016, os materiais permanentes foram recebidos pela autarquia por meio do Legado Olímpico, doação, contrapartida e materiais encontrados nas dependências do Parque Olímpico, conforme listados a seguir:

RELAÇÃO DOS BENS IDENTIFICADOS POR ORIGEM

Posição: 30.06.2019

RELATÓRIO DE ENTRADAS DE BENS NO PATRIMÔNIO DA AGLO						
ORIGEM	PROCESSO	DOC	DESCRIÇÃO	CONTA CONTÁBIL	VALOR	TOTAL
UNIFA (Legado)	58021.000390/2017-14	NS000045	Piso Esportivo	123110104	1.501.556,97	2.160.811,87
		NS000046	Contrapiso Esportivo		657.413,06	
		NS000138	Carrinho 4 rodas		1.841,84	
Doação EPE	58021.000429/2017-95	NS000055	Telefone VOIP	123110201	4.797,02	17.899,28
			Monitores		3.449,08	
			Computadores		9.653,18	
Contrapartida	58021.000561/2018-88	NL000001	Refresqueira	123110106	2.660,00	36.307,48
	58021.000058/2018-22		Coletor de lixo	123110125	17.600,00	
	58021.000059/2018-77					
	58021.000237/2017-89		Televisor	123110125	4.199,98	
	58021.000322/2017-47		Prisma	123110104	2.561,00	
	58021.000057/2018-88		Impressora GODEX	123110201	1.225,50	
	58021.000330/2017-93		Boneco manequim	123110301	458,00	
	58021.000558/2018-64		Caixa Acústica	123110405	479,00	
	58021.000558/2018-64		Megafone	123110405	132,00	
	58021.000558/2018-64		Notebook	123110201	2.949,00	
	58021.000558/2018-64		Rádio Comunicadores	123110102	1.399,50	
	58021.000558/2018-64		Microfone	123110405	144,50	
	58021.000558/2018-64		Projektor	123110405	2.499,00	
Material Encontrado	58021.000190/2017-53	NL000002	Extintores	123110105	152.575,50	293.384,17
			Carrinho de Café	123110125	413,00	
			Impressora DATACARD	123110201	4.614,58	
			Refrigeradores	123110301	4.111,55	
			Purificador de Água	123110301	3.116,00	
			Forno de Micro-ondas	123110301	359,10	
			Mobiliário Geral	123110303	120.219,40	
			Carrinho Elétrico	123110501	7.975,00	
TOTAL						2.508.402,80

Quadro 19 – Relação dos Bens identificados por origem

Foram adotados critérios e procedimentos estabelecidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, no que diz respeito à depreciação, amortização, exaustão dos itens de patrimônio, avaliação e mensuração de ativos e passivos da unidade.

Quanto à metodologia de registro contábil das contas de Bens Moveis e Depreciação, estes são apurados após envio à contabilidade do Relatório de Movimentação de Bens (RMB), quando são verificados a compatibilidade entre os valores apresentados, no relatório dos lançamentos efetuados no sistema SIADS, com os valores constante do sistema SIAFI, das contas contábeis de bens imóveis

do balancete da AGLO do mês sob análise. Considerando para tal as movimentações de entradas e saídas orçamentárias e extra orçamentarias e sua depreciação.

As contas contábeis de bens moveis, para o período de janeiro a maio do exercício que alcança este relatório extraordinário de gestão, se encontram conciliadas com os registros efetuados pelo sistema SIADS. Quanto ao mês de junho, tendo em vista que o referido mês teve a data de 09 de julho de 2019, como o limite de fechamento contábil, data está posterior a data da extinção da AGLO, de 30.06.2019 não fizeram parte da avaliação.

Cabe destacar que a conferência detalhada dos lançamentos contábeis, registrados no SIAFI, referente ao registro de bens móveis da extinta AGLO, será feita à época do Inventário pelo Ministério da Cidadania, o órgão sucessor da autarquia.

Desfazimento de ativos

Durante os trabalhos da comissão Temporária foram identificados dois processos relativos a Doação de Piscinas Olímpicas sendo um para a Secretaria de Estado e Juventude, Esporte e Lazer do estado do Amazonas (Processo SEI 58021.000048/2018-97) e outro para a Secretaria Municipal do Trabalho, Esporte e Lazer – SEMTEL de Salvador (Processo SEI 58021.000052/2018-55) tendo sido encerrados no exercício de 2018, ou seja, antes do alcance do período discriminado neste relatório.

EXTRATO SIMPLIFICADO DO RMA E RMB

Conta Contábil	Saldo
1.1.5.6.1.01.00 Materiais de Consumo	9.344,45
12.311.01.02 Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	1.399,50
12.311.01.04 Aparelhos e Equipamentos p/ Esporte e Diversos	2.161.531,07
12.311.01.05 Equipamentos de Proteção, Segurança, Socorro	152.575,50
12.311.01.06 Máquinas, Aparelhos e Equipamentos de Uso Industrial	2.660,00
12.311.01.25 Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	22.212,98
12.311.02.01 Equipamentos de Processamento de Dados	26.688,07
12.311.03.01 Aparelhos e Utensílios Domésticos	8.044,90
12.311.03.03 Mobiliário em Geral	120.219,44
12.311.04.05 Equipamentos p/ Áudio, Vídeo e Foto	3.254,50
12.311.05.01 Veículos Diversos	7.975,00
TOTAL:	2.515.905,41

Tabela 4 - SALDOS NO SIAFI/SIADS

Locações de imóveis e equipamentos

A extinta AGLO realizou o Contrato nº 4/2018, que teve como objeto: "*Locação de equipamentos de informática do tipo Microcomputadores (Tipo 1 e Tipo 2), Monitores Adicionais e Notebooks*", e de acordo com as informações repassadas pelos técnicos da entidade referido contrato não foi prorrogado sendo o material devolvido à empresa no período de encerramento da autarquia, conforme o processo nº 58021.000231/2017-10.

GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Conformidade legal

As ações de tecnologia da Informação previstas no art. 11 do Decreto 9.299/2018, estavam sob a égide do Departamento de Gestão Interna a quem competia coordenar as ações relativas ao planejamento estratégico da Tecnologia da Informação e sua implementação no âmbito da AGLO, nas áreas de desenvolvimento de sistemas de informação, de manutenção e operação, de infraestrutura, de rede de comunicação de dados e de suporte técnico.

Modelo de Governança de TI

O Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicações (CGTIC) foi instituído pela Portaria nº 10, de 03 de julho de 2017, e publicada no DOU de 05.07.2017, e os representantes das unidades da extinta autarquia foram designados por meio da Portaria nº 15, de 12/07/2017, DOU de 14/07/2017.

A elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, foi subsidiado pelos trabalhos deste Comitê, porém não identificou a previsão de término e aprovação para o primeiro semestre de 2019. Foi observado que o cargo de Supervisor de Tecnologia da Informação - CSU do quadro de pessoal da AGLO ficou vago de 10 de dezembro de 2018 até a extinção da AGLO.

Montante de recursos aplicados em TI

De janeiro a junho de 2019, a AGLO executou o montante de R\$141.937,95 (cento e quarenta e um mil, novecentos e trinta e sete reais e noventa e cinco centavos) com tecnologia da informação, como destacado na planilha abaixo.

MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TI

Nº DO CONTRATO	CONTRATADA	OBJETO DA CONTRATAÇÃO	MODALIDADE ANUAL	VALOR VIGÊNCIA EM 30/06/2019	VALORES PAGOS NA UG 180080
08/2017	Mac Id Comercio e Serviços e Tecnologia da Informação	Empresa especializada na gestão de serviços de REPROGRAFIA: impressão corporativa, cópia, fax, digitalização departamental, c/ disponibilização de equiptos novos, manutenção preventiva e corretiva, c/ substituição de peças e suprimentos, papel, sist. gerenciamento e contabilização de impressões / cópias	Adesão à Ata de Registro de Preços PE SRP Nº 20/2016 - IFPA	90.949,92	30/11/19 R\$ 35.900,00
04/2018	FUNDAMENTAL Locação de Equipamentos de Informática	Locação de equipamentos de informática do tipo Microcomputadores (Tipo 1 e Tipo 2), Monitores Adicionais e Notebooks.	PE nº 02/2018	254.491,08	05/07/19 R\$ 106.037,95

Quadro 20 - Montante de recursos aplicados em TI

Em que pese este relatório tratar da gestão da AGLO no período de janeiro a junho de 2019 merece a observação que o contrato nº 08/2017 foi aditivado pelo Ministério da Cidadania em 29 de novembro de 2019 por mais 12 meses. O contrato nº 04/2018 foi efetivamente encerrado em 05 de julho 2019, tendo o material objeto da contratação sido devolvido para a empresa contratada.

Segurança da informação

A AGLO utilizava os recursos de rede fornecidos pelo Extinto Ministério do Esportes hoje administrados pela STI do Ministério da Cidadania. No tocante a segurança de informação não houve novas implementações no primeiro semestre de 2019. As políticas de segurança implementadas pelo CGTI, do extinto Ministério do Esporte, foram mantidas.

Gestão de Custos

Apesar dos Normativos Legais a respeito da obrigação da implantação de Sistema de Custos no âmbito da Administração Federal, a AGLO não implementou Gestão de Custos de 01.01 a 30.06.2019, data de sua extinção (artigo 12 da Lei nº 13.474, de 23 de agosto de 2017).

Todavia, segue abaixo estimativa por classificação da despesa:

TIPO	Valores em R\$	%
Pessoal	70.835.848,03	46,78%
Serviço de Telefonia.	1.935,68	0,00%
Serviço de limpeza, conservação e higienização com fornecimento de material e mão de obra.	7.745.313,68	5,11%
Serviço de Manutenção Predial.	22.468.171,01	14,84%
Serviço de Vigilância e Segurança.	8.324.478,09	5,50%
Serviços Técnicos Profissionais de Vídeo	39.900,00	0,03%
Serviços de Brigada de Incêndio	1.027.068,87	0,68%
Serviço de Locação de Máquinas e Equipamentos.	1.033.573,24	0,68%
Serviço de Apoio Administrativo - Pessoal de Apoio	2.014.882,22	1,33%
Locação de Veículos para transporte e de servidores	955.074,96	0,63%
Manutenção e Conservação de Veículos	108.500,00	0,07%
Serviços de Energia Elétrica	27.738.705,07	18,32%
Auxílio Moradia	2.017.481,88	1,33%
Serviços de Água e Esgoto	4.806.378,47	3,17%
Serviço de Comunicação em Geral.	12.842,62	0,01%
Serviço de Telecomunicações	22.347,30	0,01%
Locação de Mão de Obra	713.653,01	0,47%
Passagem Aérea	165.022,58	0,11%
Diárias	40.776,19	0,03%
Serviços de Seleção e Treinamento	15.330,00	0,01%
Serviços de Certificação Digital.	16.212,13	0,01%
Locação de Mão de Obra	713.653,01	0,47%
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	615441,81	0,41%
Totais:	151.432.589,85	100,00%

Quadro 21 - Estimativa por classificação da despesa
Fonte: Tesouro Gerencial em 19.12.2019



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

7 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As dotações inicialmente aprovadas na Lei Orçamentária Anual de 2019 (Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019), discriminavam os recursos vinculados à Unidade Orçamentária 51205 - Autoridade de Governança do Legado Olímpico/AGLO. Com o estabelecimento da nova organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios e a criação do Ministério da Cidadania com a Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019, convertida na Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, os saldos da AGLO foram transferidos (DE/PARA - Crédito Tipo 920 – Transposição de Saldos) para a UO 55202 - Autoridade de Governança do Legado Olímpico –AGLO, conforme Decreto nº 9.699, de 8 de fevereiro de 2019.

Como consequência da extinção a entidade estabelecida pela Lei nº 13.474/2017, houve a necessidade da publicação de outro DE/PARA, transferindo os saldos da UO 55202 à UO 55101 - Administração Direta do Ministério da Cidadania, nos termos da Portaria SEF/ME nº 204, de 9 de agosto de 2019.

Desta forma, os saldos provenientes da UG 180080 foram transferidos para a UG 550002 – Setorial de Finanças – MC, que, posteriormente, enviou os relativos à despesa com pessoal para a UG 550006 – CGRH/MC, enquanto que aqueles referentes às demais despesas, especialmente à manutenção dos Parques Olímpicos da Barra e de Deodoro, foram transferidos para a UG 550026 – Legado Olímpico - LO.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	163.434.073,00	17.818.933,00	17.818.927,43	17.818.927,43	17.818.927,43	5,57
Pessoal e Encargos Sociais	18.382.000,00	7.919.363,00	7.919.362,03	7.919.362,03	7.919.362,03	0,97
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	145.052.073,00	9.899.570,00	9.899.565,40	9.899.565,40	9.899.565,40	4,60
DESPESAS DE CAPITAL	3.562.500,00	-	-	-	-	-
Investimentos	3.562.500,00	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	166.996.573,00	17.818.933,00	17.818.927,43	17.818.927,43	17.818.927,43	5,57
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-

Quadro 22 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO
PROCESSADOS LIQUIDADOS**

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		4.733.661,78	2.363.508,74	2.363.508,74	2.370.153,04	-
Pessoal e Encargos Sociais		-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		4.733.661,78	2.363.508,74	2.363.508,74	2.370.153,04	-
DESPESAS DE CAPITAL		1.944.931,18	1.944.931,18	1.944.931,18	-	-
Investimentos		1.944.931,18	1.944.931,18	1.944.931,18	-	-
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-
TOTAL		6.678.592,96	4.308.439,92	4.308.439,92	2.370.153,04	-

Quadro 23 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

A conta “Outra Despesa Corrente” é composta conforme tabela abaixo, sendo que as despesas com locação de mão-de-obra e Outros Serviços de Terceiros agregam, respectivamente, 53% e 40% do saldo da conta.

DEMONSTRATIVO OUTRA DESPESA CORRENTE

Elemento Despesa	DEZ/2019	AV%
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	20.030,40	0,20%
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	4.715,59	0,05%
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	134.686,90	1,36%
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	5.257.106,20	53,10%
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	3.968.338,96	40,09%
SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	2.115,25	0,02%
AUXILIO-ALIMENTACAO	156.883,03	1,58%
AUXILIO-TRANSPORTE	1.275,35	0,01%
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	116.950,43	1,18%
INDENIZACOES E RESTITUICOES	237.463,29	2,40%
Total	9.899.565,40	100,00%

Quadro 24 – Outras despesas correntes

Balanco Patrimonial

Em comparação com o exercício anterior, a conta “Caixa e Equivalentes de Caixa” teve uma diminuição de 95%, a grande variação se deu em virtude de transferência via GRU realizada em 2018, pela Autoridade Pública Olímpica/APO no valor de R\$ 53.500.994,44 em favor da AGLO. Os valores se referem a Recolhimentos via GRU de receitas de concessão de direito de uso de área pública, conforme planilha 2 abaixo.

CAIXA E EQUIVALENTES POR DISPONIBILIDADE			
	dez/19	dez/18	AH
LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO - OFSS	2.440.708,22	54.502.745,48	-95,52%
Total	2.440.708,22	54.502.745,48	

Quadro 25 - Caixa e Equivalentes por Disponibilidade

DISCRIMINAÇÃO DA ARRECADAÇÃO POR GRU

Recolhedor	Valor Pago
CLUBE DE REGATAS DO FLAMENGO	50.000,00
FEDERAÇÃO DE JIUTSU DO ESTADO DO RJ	831,92

Globo Comunicação e Participações S/A	100.233,40
EFEECT ESPORTE E ENTRETENIMENTO LTDA	37.009,47
WKND PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA- ME	11.058,66
ALEGRIA VILLA MIX RIO	11.439,91
CLUBE DE REGATAS DO FLAMENGO	5.000,00
MTO + ENTRETENIMENTO LTDA	106.206,81
CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA D E JIU-JITSU	12.713,46
GL EVENTS CENTRO DE CONVENÇÕES LTDA	2.342,80
Banda Arctic Monkeys (estacionamento)	
GL EVENTS CENTRO DE CONVENÇÕES LTDA	2.342,80
Gravação DVD Ferrugem (estacionamento)	
SJJ eventos Eireli	53.379,35
GL EVENTS CENTRO DE CONVENÇÕES LTDA	4.001,50
Cirque Du Soleil (estacionamento)	
sem informação	23.034,39
Game Experience Eventos Ltda - GAME XP	421.716,39
Alex Monte Dayrell - Super Car Rio e Motos	7.028,39
sem informação	155.299,87
sem informação	221.054,22
saldo do valor não recolhido referente ao recursos da APO	0,52
Rock Wolrd S.A	1.216.014,36

Quadro 26 - Arrecadação por GRU

Balanço Financeiro

As Transferências Financeiras Recebidas apresentam o valor de R\$ 38.137.155,79, referente aos recursos financeiros repassados pela setorial financeira do Mistério da Cidadania, para pagamento de despesas com pessoal e encargos, despesa com custeio no exercício corrente, e restos a pagar não processados, conforme quando abaixo:

PESSOAL E ENCARGO/CUSTEIO	14.841.123,29
RESTO APAGAR	23.296.032,50
Total Geral	38.137.155,79

Quadro 27 – Transferências Financeiras Recebidas

Quanto a Recebimentos Extra Orçamentários o Saldo de R\$ 3.069.022,90 composto dos saldos das contas conforme detalhamento a seguir: Depósito Restituíveis e Valores Vinculados no valor de R\$ 624.585,00 referente as ordens bancárias canceladas dentro do exercício financeiro e Outros Recebimentos Extra Orçamentários no valor de R\$ 2.444.437,90 despesas empenhadas liquidadas de pessoal e custeio no exercício de 2019, sendo que não existe mais Restos a Pagar Processados a pagar.

A conta do Pagamentos Extra orçamentários presente o valor de R\$ 5.929.026,12 sendo composto do saldo das contas Pagamento dos Restos a Pagar Processados no valor de R\$ 992.271,00 referente a despesa com folha de pagamento dos servidores da AGLO no mês de dezembro de 2018, que foi apropriado e pago do exercício de 2018, porém tendo em vista mudança no sistema de pagamento do SIAFI efetuado pela STN os valores foram repassados para o exercício de 2019.

Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados no valor de R\$ 4.308.439,92 referente ao valor de restos a pagar não processados pagos até o 2º trimestre. Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados no valor de R\$ 628.315,20 referente as ordens bancárias canceladas e novamente pagas dentro do exercício financeiro, pela realização de novo pagamento conforme orientação constante da

Apesar do prazo de extinção da AGLO em 30.06.2019, a unidade gestora vem recebendo recursos financeiros através de GRU, referente a realização de eventos no parque olímpico da barra, razão pela qual vem apresentando um aumento na receita própria desde 30.06.2019, que apresentava um saldo de R\$ 396.560,08 e neste momento apresenta saldo de R\$ 2.440.708,22, conforme conta contábil 1.1.1.2.20.01 (limite de Saque). Os códigos de Recolhimento estão sendo parametrizados na UG 550026 – Legado Olímpico (correta), ao mesmo tempo que estão sendo excluídos da UG 180080 – AGLO.

A conta 1.2.3.2.1.06.01 (OBRAS EM ENDAMENTO), vem apresentado um saldo de R\$ 2.093.780,85, referente ao registro de realização de obras, entretanto esta conta apresenta o resultado de um lançamento contábil incorreto, tendo em vista que a AGLO, não possui imóveis sobre a sua propriedade o que ocorreu, na verdade, é que esta conta apresentou este saldo tendo em vista que no momento do empenho da despesa para recuperação do teto do velódromo foi classificada como obra, quando na verdade deveria ter sido classificada como execução de serviço, este empenho foi realizado no exercício de 2018, sendo pago parte em 2018 e o restante pago como restos a pagar em 2019. Está sendo providenciada a reclassificação dessas despesas realizadas equivocadamente.

Resumo das Políticas Contábeis Significativas

As Demonstrações Contábeis (DCON) da Autoridade de Governança do Legado Olímpico foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

A base de mensuração utilizada nas DCON foi a de Custo histórico.

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e

Informações de suporte e detalhamento de itens

(a) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

(c) Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) clientes; e (iii) empréstimos e financiamentos concedidos. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros.

(d) Estoques

Compreendem as mercadorias para revenda, almoxarifado, materiais de acondicionamento e embalagem, material de consumo e mercadorias para doação. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

(g) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio

A AGLO possuía saldo somente nas contas do Grupo “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo”, referentes a Adiantamento de 13º salário e Férias. A conta “demais créditos e valores a curto prazo” compreendia os valores a receber em transações realizáveis em curto prazo, conforme tela a seguir:

MÊS LANÇAMENTO		DEZ/2019	DEZ/2018
Conta Contábil		Saldo R\$ (Conta Contábil)	Saldo R\$ (Conta Contábil)
113110101	13 SALARIO - ADIANTAMENTO	751.588,60	396.929,22
113110102	ADIANTAMENTO DE FERIAS	10.805,13	10.805,13
113110200	SUPRIMENTO DE FUNDOS - ADIANTAMENTO	0,00	558,92
TOTAL		762.393,73	408.293,27

Quadro 28 - Demais créditos e valores a curto prazo

Declaração do Contador,

A Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos – CGCC, de acordo com o Decreto 9.674 de 02/01/2019 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20192022/2019/decreto/D9674.htm), compõe a estrutura da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Governança – SPOG da Secretaria Executiva do Ministério da Cultura.

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas do período de 01 de janeiro de 2019 a 30 de junho de 2019 da Autoridade de Governança do Legado Olímpico e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas do período de 01 de janeiro de 2019 a 30 de junho de 2019, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto no tocante as ressalvas apontadas abaixo.

Ressalvas

Considerando que mensalmente a Coordenação-Geral de Contabilidade encaminha expediente para a unidade, solicitando análise e regularização das ocorrências apontadas na conformidade contábil.

Considerando também a estrutura e a complexidade dos processos de trabalho da extinta Autoridade de Governança do Legado Olímpico, ainda possuímos ocorrências contábeis a serem regularizadas, conforme destacamos a seguir:

Falta registro de conformidade de gestão em todo o mês de junho;
Termo de Execução Descentralizada a repassar com vigência expirada; e
Falta depreciação e amortização do Ativo imobilizada no mês de junho,

Brasília-DF 18 de dezembro de 2019

Wellington Aragão Lima
CRC nº 018686/O-7
Contador do Ministério da Cidadania



OUTRAS INFORMAÇÕES
RELEVANTES

8 – OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Utilização do Parque Olímpico da Barra

A AGLO herdou a importante missão de implementar e atualizar o Plano de Legado apresentado pelo Ministério do Esporte. De acordo com o levantamento realizado nos processos da extinta autarquia ocorreram 51 (cinquenta e um) eventos nas instalações do Parque Olímpico da Barra, conforme tabela seguinte.

EVENTOS REALIZADOS ATÉ JUNHO DE 2019

Nº	EVENTO	SEI
1	Novo Basquete 11 -Clube de Regatas do Flamengo	58021.000008/2019-26
2	Desafio Internacional de Beach Soccer	58021.000009/2019-71
3	Copa Internancional de Clubes de Basquetebol - FIBA	58021.000012/2019-94
4	Grand Slam de Taekwondo 2019	58021.000006/2019-37
5	Campeonato Desafio de Verão 2019	58021.000023/2019-74
6	Rio Fall Internacional Open IBJJF 2019	58021.000003/2019-01
7	Campeonato Brasil Open 2019 Jiu Jitsu	58021.000649/2018-08
8	Campeonato Nacional GF Team - Edição 10 anos	58021.000674/2018-83
9	Seletiva Est. Para Formação Est. Estadual de Karatê	58021.000057/2019-69
10	Campeonato Intern. Tênis de Mesa	58021.000063/2019-16
11	Jogo Temporada 2019 - Torneiro NBB	58021.000100/2019-96
12	Troféu Brasil 2019 - Jiu Jitsu	58021.000069/2019-93
13	Workshop Instituto Reação	58021.000099/2019-08
14	Cirque Du Soleil 1 (estacionamento)	58021.000106/2019-63
15	Jiu Jitsu Down Festival	58021.000104/2019-74
16	Torneio de Abertura Circuito est. Judô	58021.000072/2019-15
17	Banda Artics Monkeys (estacionamento)	58021.000129/2019-78
18	Gravação DVD Ferrugem (estacionamento)	58021.000128/2019-23
19	Graduação Kick Boxing	58021.000082/2019-42
20	Sorriso Olímpico (sobrestado)	58021.000481/2018-22
21	Dream Hack - Esportes Eletronicos	58021.000431/2018-45
22	Copa Dente de Leite 2019	58021.000123/2019-09
23	CONMEBOL - Copa Fifa 2019 Beach Soccer	58021.000114/2019-18
24	1º Torneio da Liga Futebol Universitário - LFU	58021.000437/2018-12
25	1ª Etapa Festival Iniciantes Judô	58021.000113/2019-65
26	Cerimônia de Abertura 37º Intercolegial - Globo	58021.000039/2019-87
27	Treinamento Técnico Kickboxing	58021.000133/2019-36
28	Beach Wrestling World Series 2019	58021.000066/2019-50
29	Copa Dente de Leite - Categoria Sub 07	58021.000137/2019-14
30	UFC Rio (estacionamento)	58021.000157/2019-95

31	Cirque Du Soleil 2 (estacionamento)	58021.000121/2019-10
32	Cirque Du Soleil 3 (estacionamento)	58021.000112/2019-11
33	Festeja 2019	58021.000175/2019-77
34	1º Open Tênis do POB - Escola Fixe	58021.000171/2019-99
35	1ª Etapa Master Cup Cidade Jardim	58021.000101/2019-31
36	Salão Moto Brasil 2019	58021.000180/2019-80
37	Campeonato Brasileiro Jiu Jitsu 2019	58021.000074/2019-04
38	Campeonato Senior Wrestling	58021.000155/2019-04
39	II Módulo de Estágio Técnica FJERJ	58021.000130/2019-01
40	Seletiva Sudeste - Torneio Crossfit	58021.000062/2019-71
41	Team Águia Footvolley	58021.000055/2019-70
42	Jogos Estudantis - 7º CRE	58021.000170/2019-44
43	Camp. Bras. Beach Wrestling	58021.000088/2019-10
44	Circuito Feminino Futsal Connect	58021.000185/2019-11
45	Disney on Ice (estacionamento)	58021.000196/2019-92
46	Lançamento MMA Desportivo	58021.000096/2019-66
47	2ª Etapa Iniciantes e Seletiva Estadual Sub 15	58021.000187/2019-00
48	Camp. Bras. Cadete Wrestling	58021.000105/2019-19
49	Liga Rio Volei Semifinais	58021.000037/2019-98
51	II Circuito Estadual Tenis de Mesa	58021.000194/2019-01

Quadro 32 - EVENTOS REALIZADOS ATÉ 06/2019

Observa-se que a maior parte dos eventos ocorreram na Arena Carioca 2, com um total de 17 eventos, seguido por 12 na Arena carioca 2, 10 no Estacionamento, 9 no Centro de Tênis, e 1 no Velódromo.

A Arena Carioca 2 foi escolhida para ser um Centro Olímpico de Treinamento – COT onde a mesma é destinada para treinamento de atletas de Alto Rendimento, Atletas de base e Atletas Cidadão, além do desenvolvimento de Projetos Sociais.

No Centro Olímpico de Tênis, foram realizados 9 eventos de diversas modalidades, além disso vem sendo desenvolvido o projeto Atleta.co onde busca dar acesso ao cidadão comum a oportunidade de usar a estrutura deixada pelas Olimpíadas Rio 2016. Outrossim, o Projeto Rio Open Social, que atende 50 crianças da Rede Municipal de Ensino, nas quadras externas de Tênis.

Na quadra de Areia externa vem sendo desenvolvido o Projeto Social do Anderson Águia, que ensina futevôlei para 30 jovens das comunidades do entorno do Parque.

Na área destinada ao estacionamento, aberta, sem benfeitorias, e na Quadra de Areia foram realizados 10 e 3 eventos, respectivamente, em cada local.

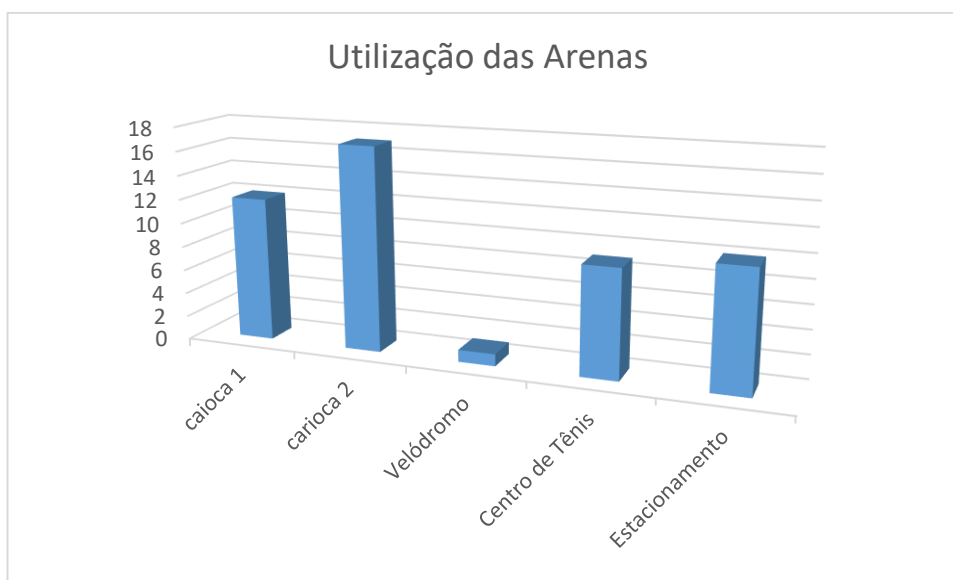


Gráfico 3 - Utilização das arenas

O Departamento Executivo através da Superintendência de Novos Negócios e o Departamento de Relações Institucionais proporcionam meios e formas de fomentar o uso das arenas e buscar parcerias com diversas instituições a fim de gerar uma imagem positiva do Legado Olímpico.

Esses meios e forma de relacionamento vêm sendo demonstrados pelas quatro frentes de atuação subordinadas ao Departamento de Relações Institucionais e uma subordinada ao Departamento Executivo.

Desde o início da sua atuação como gestora das arenas olímpicas, a AGLO buscou a captação de eventos esportivos e não esportivos. Muitas oportunidades para o legado foram criadas neste processo e não falamos apenas de contrapartidas financeira ou de produtos e serviços. É preciso analisar o impacto social que é gerado ao movimentar o setor esportivo e de produção de eventos. Este impacto recai positivamente sobre toda a cadeia produtiva envolvida com a realização de eventos, mesmo os de pequeno porte.

Cada evento realizado proporciona o trabalho de diversos prestadores de serviço que se configuram como grandes, médias e pequenas empresas, até mesmo microempreendedores individuais. Esta cadeia produtiva vai se desdobrando em serviços auxiliares necessários aos eventos em cascata. Transportadoras, empresas de alimentação/catering, fornecedores de materiais diversos, operadores de som, luz, sistemas complexos de informática, locadores de equipamentos, hotelaria, transporte de passageiros, produtores de vários níveis, gráficas, etc. Sem contar a oportunidade ofertada aos técnicos, fisioterapeutas, médicos, árbitros, delegados, comissários, associações esportivas, ligas, federações e confederações. Todas estimuladas a produzir e a desenvolver as modalidades esportivas que representam devido à disponibilidade de arenas de alto padrão para a realização dos seus eventos.

Além dos benefícios econômicos, pode-se destacar os benefícios sociais envolvidos nas atividades executadas nas arenas geridas pela AGLO. Apenas o fato das arenas estarem sendo usadas, já é um benefício social importante na medida em que o uso evita a degradação física causada pela ociosidade. Mas além disso, os eventos realizados envolvem muitas vezes a participação de camadas mais vulneráveis da sociedade, como jovens e crianças em situação de risco, na maioria das vezes oriundas de comunidades adjacentes à localização do Parque Olímpico. Outros eventos trabalham a integração de pessoas com deficiência, como surdos, portadores da síndrome de Down, cadeirantes e amputados ou com problemas físicos congênitos.

Estes benefícios, econômicos e sociais se configuram como um legado tão grande e importante quanto as próprias estruturas físicas erguidas na cidade do Rio de Janeiro. Desta forma precisam ser considerados nas avaliações de impacto que são produzidos pela gestão, manutenção e disponibilidade das arenas para a sociedade.

Sustentabilidade Ambiental

Para reforçar o comprometimento da AGLO, como órgão assessorado pela Advocacia Geral da União-AGU, cuja orientação é de buscar atender ao dever de proteção socioambiental, em resposta à disseminação da temática, em apreço, a AGLO tem mantido como prática, em cada contrato, inserir uma cláusula tratando especificamente das exigências e principais determinações para o exercício de cada atividade de forma sustentável, incluindo em cada caso concreto, aspectos de sustentabilidade.

Tais quesitos são formulados conforme orientação do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis elaborado pelo Núcleo Especializado Sustentabilidade, Licitações e Contratos – NESLIC da AGU.

Outro projeto importante, a Visita Guiada, foi aperfeiçoado, exibindo vídeos institucionais também em inglês e a aquisição de manequins com uniformes originais da Rio2016 e de um carrinho elétrico, disponibilizado para o deslocamento de gestantes, idosos, deficientes e pessoas com mobilidade reduzida. O tour foi expandido e passou a contar com mais uma arena, além de contabilizar um número maior de participantes em relação ao ano anterior.



O Programa Visita Guiada é um passeio repleto de experiências pelas quatro instalações do Parque Olímpico da Barra da Tijuca (POB), sob a responsabilidade da Autoridade de Governança do Legado Olímpico (AGLO): Velódromo, Centro de Tênis e as Arenas Carioca 1 e 2, e pela Arena 3 e Via Olímpica sob responsabilidade da Prefeitura do Rio. Durante a visita você irá conhecer as diversas ações para preservar o Legado Olímpico.

A Visita Guiada é gratuita e uma excelente oportunidade de vivenciar a memória dos jogos e conhecer um pouco mais sobre o Legado.

Agende uma visita conosco!

Estacionamento Gratuito no local

Dias da Visita Guiada: terça a sexta as 10h30 e as 15h30, sábado as 10h30.

Duração: 1h a 1h30.

Contato: visitaguiada@aglo.gov.br

Desafios e riscos

Inúmeros desafios se impuseram à AGLO na execução de seus objetivos. Não obstante os desafios enfrentados para a estruturação da autarquia, episódios de inundação, falta de estruturação das entidades administrativas de desporto, e outros como a situação econômica do país e o conseqüente corte do orçamento federal, impactaram parcialmente a efetivação dos trabalhos. Entretanto, com as ferramentas disponíveis, a AGLO envidou esforços para que os cenários adversos não fossem determinantes e seus objetivos e metas fossem fielmente alcançados.